



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia da inauguração do Centro Educacional Unificado Jambeiro

São Paulo-SP, 1º de agosto de 2003

Minha querida companheira e prefeita de São Paulo, Marta Suplicy,
Meu caro ministro da Educação, Cristovam Buarque,
Meus caros companheiros senadores da República, Aloízio Mercadante e Eduardo Suplicy,

Meu companheiro Hélio Bicudo, vice-prefeito de São Paulo,
Companheiro José Genoíno,
Minha companheira Aparecida Perez, secretária municipal de Educação,
Meu caro Celso Frateschi, secretário municipal de Cultura,
Minha querida Nádia Campeão, secretária municipal de Esporte e Lazer,
Meus companheiros, minhas companheiras professores, pais, alunos, crianças e companheiros e companheiras portadores de deficiência física, que estão aqui sentados na minha frente,

Cristovam, nada neste mundo me impediria de vir à inauguração do primeiro Centro Educacional Unificado. Eu vim aqui porque acho que nós temos que aprender, neste país, a fazer justiça, quando ela precisa ser feita.

Essa mulher que está aqui, quando teve a idéia de construir o CEU, foi duramente atacada. Ela foi duramente incompreendida, por uma parte da elite. Ora criticavam porque ela estava tirando o dinheiro da educação para construir, ora porque estava tirando o dinheiro da educação para poder comprar mochila, calça, camisa e saia para as crianças pobres da periferia de São Paulo.

Uma parte da elite brasileira, Cristovam, não tem noção de que dar um uniforme para uma criança pobre ir à escola, é dar a essa criança o primeiro princípio da cidadania, para que ela possa ir bem vestida à escola. Isso é um



princípio elementar da igualdade entre as crianças numa escola. Duro é quando uma criança vai bem vestida à escola, porque o pai e mãe têm um mínimo de condições, e lá encontra um companheirinho que está maltrapilho, mal vestido, às vezes sem sapato. O que a Marta fez foi gastar o dinheiro da educação da forma mais decente possível.

Eu vim aqui, Marta, para fazer um apelo. Não foram poucas as vezes que ouvi críticas a você, pela televisão. Não foram poucas as vezes que eu vi pessoas importantes na televisão, fazendo uma crítica. Eu gostaria, e você sabe de quem estou falando, que você convidasse essas pessoas para visitarem o Centro Educacional Unificado Jambeiro, para que elas percebam que o que você está fazendo é mais do que investir na educação.

O que você está fazendo hoje, Marta, é mudar o padrão de educação deste país. O que você está dizendo hoje é que, se você pode fazer uma escola dessa qualidade, outras cidades podem fazer, os estados podem fazer e nós haveremos de fazer. O que você está fazendo hoje, Marta, é fazer com que essas crianças pobres da periferia de Guaianazes venham para a escola e não tenham vontade de ir embora para casa, de noite. Você está fazendo com que essas crianças, ao deitar na cama, estejam com os olhos vivos, o coração batendo forte, porque querem levantar cedo e vir para a escola, porque essa vai ser uma escola em que as crianças vão se sentir bem, aqui elas vão poder aprender história, matemática, ciências; vão poder aprender física, mas vão poder também aprender a nadar, a fazer artes cênicas, a tocar; na verdade, as crianças pobres de Guaianazes estão tendo uma oportunidade de acesso àquilo que, até então, só os ricos ou a classe média alta brasileira tinha direito.

É isso, Marta, a revolução que você está fazendo. Aliás, para você seria mais fácil fazer uma escola dessas no centro de São Paulo, para atender à classe média, ou na Marginal, para que todo mundo pudesse passar e a escola funcionasse como um cartão postal ou um “outdoor”; não, você veio à periferia de São Paulo, em Guaianazes, onde mora uma parte pobre da população.



Você veio dizer, Marta, que no seu governo, no seu coração e na sua consciência política não existe discriminação. O filho de uma pessoa pobre, o filho de uma faxineira tem que ter o direito a uma escola de qualidade igual ao filho da sua empregadora ou da sua patroa.

É na escola que se estabelece o princípio da igualdade entre os seres humanos, e hoje, no Brasil, nós percebemos que a escola já é um divisor de águas. Quando nasce uma criança pobre, a gente já sabe que ela poderá desistir da escola, antes de terminar o ensino fundamental; quando nasce uma criança rica a gente já sabe que ela pode ir para Paris fazer pós-graduação.

O que você está fazendo é dizer ao povo de Guaianazes, aqui na cidade de São Paulo: os pobres serão tratados com dignidade, com respeito e com decência. Os atuais jogadores do Botafogo que se preparem, porque vocês estão em cima de dois campos de futebol. Aqui, a molecada vai poder vir brincar, vai poder jogar bola e os atuais jogadores podem se preparar, porque vão perder o lugar para essa meninada, que vai ter muito mais condições de treinar do que vocês tiveram.

Eu vi aquelas menininhas ali fazendo balé, Marta, coisas que até então só eram possíveis para quem podia pagar uma escola. Não estava na cabeça dessas mulheres, mães dessas crianças, que um dia elas pudessem dançar balé, muito menos tocar violino, e você, Marta, está abrindo para essas crianças uma oportunidade. Você está dando a essas crianças a chance delas, amanhã, poderem provar que o que o povo pobre deste país precisa apenas de uma oportunidade na vida, e você está dando essa oportunidade.

Eu quero lhe dizer, minha querida Marta, que você hoje inaugura não só uma escola, você inaugura um padrão de decência, um padrão de respeito, você inaugura, na verdade, um novo jeito de tratar as pessoas neste país.

Seria muito mais fácil gastar esse dinheiro em outro lugar, mas você veio gastar aqui, nesta cidade, onde há mães aflitas, porque não sabem o futuro dos seus filhos, que sabem que seus filhos não têm onde brincar e que, às vezes, vão ter que ficar na rua à mercê do narcotráfico, à mercê da criminalidade. Você está



abrindo a porta do seu coração para dizer para essas crianças: no meu governo, pobre será tratado com respeito; no meu governo, pobre tem educação de qualidade.

Muito obrigado, Marta, parabéns, e parabéns ao povo de Guaianazes por esse extraordinário Centro Educacional Unificado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Terminal Açucareiro Copersucar

Santos – SP, 1º de agosto de 2003

Política tem dessas coisas. Tem pessoas com quem a gente convive há 30 anos e não sabe para que time torcem. Quando o time ganha um jogo, aparecem os torcedores. O bom de ser corinthiano é que nós somos corinthianos nas vitórias e nas derrotas.

Eu quero cumprimentar o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto,

Meu amigo Cristovam Buarque, ministro da Educação,

Meu caro prefeito de Santos, Beto Mansur,

O Maurici Mariano, prefeito do Guarujá,

Meu caro Homero Correia, presidente da Copersucar,

Os senadores Aloízio Mercadante e Romeu Tuma,

Os deputados Milton Monte, Telma de Souza, Vicente Cacioni, Nelson Marquezelli e Mariângela Duarte,

Quero cumprimentar as mulheres e os homens aqui presentes,

Empresários,

Exportadores e importadores,

E dizer antes: não se preocupem que é um parágrafo por página. Para mostrar que eu sou jovem, ao contrário do Homero, não preciso de óculos.

Mas acho importante, Homero, lembrar de algumas conversas que tivemos com o setor antes, durante e depois das eleições. Nós dizíamos ao setor açucareiro que era preciso que o governo perdesse a vergonha de manter uma relação democrática com os homens que produziam açúcar e álcool neste país. E que nós



acreditávamos, não apenas porque o setor é extremamente importante, na nossa relação de comércio exterior, mas, sobretudo, pela quantidade de geração de empregos, dentro do Brasil, e pelos impostos que pagam ao município, ao estado e à União.

Hoje, estamos cada vez mais convencidos de que o Brasil, se der os passos certos e fizer a política certa na sua relação exterior, terá um futuro muito mais promissor do que o que nós estamos vivendo hoje.

Nós tínhamos assumido alguns compromissos. Eu me lembro que tinha dito que mandaríamos as propostas da reforma tributária, política, de Previdência Social, no segundo semestre de 2003. E, pela compreensão dos governadores, do governo federal e de tanta gente que participou dos debates, nós conseguimos, no dia 30 de abril, enviar ao Congresso Nacional as propostas de reforma da Previdência e tributária no Brasil. Obviamente que o Poder Executivo não tem como exercer pressão no calendário do Congresso. A democracia só existe de verdade, porque os poderes são autônomos, senão nós estaríamos numa situação muito delicada.

Depois da reforma, nós começamos a trabalhar o Plano Plurianual. E é importante que se diga que, no Brasil, os programas plurianuais apresentados pelos governantes nunca foram levados tão a sério. Contrata-se uma consultoria, elabora-se uma boa perspectiva de programa, envia para o Congresso Nacional, nem se discute, e se vota. Então, pode-se colocar o valor que quiser num plano plurianual. Pode-se colocar 50 trilhões, um bilhão ou um centavo.

Nós resolvemos, pela primeira vez, envolver uma nova conceituação, no debate do Plano Plurianual. Primeiro, o Brasil tem que ser pensado nacionalmente, regionalmente e setorialmente. E, para isso, nós vamos terminar, no Rio de Janeiro, fazendo o último debate sobre o Plano Plurianual que mandaremos ao Congresso Nacional, ouvindo todos os governadores, ouvindo grande parte dos prefeitos das cidades com mais de duzentos mil habitantes e ouvindo todos os segmentos organizados da sociedade, de empresários a trabalhadores, para elaborarmos um projeto que, quando aprovado pelo Congresso Nacional, seja olhado como um



projeto factível de ser colocado em prática nos próximos anos. Um projeto que leve em conta parcerias com o setor público e com o setor privado nacional; que leve em conta parcerias entre o empresário nacional e o empresário estrangeiro; que leve em conta a parceria entre o governo federal e os empresários estrangeiros; e, sobretudo, que leve em conta a capacidade de investimento do poder público. Todos vocês sabem que o Brasil funciona assim: se o poder público tem dinheiro para investir, alavanca a disposição do empresariado nacional para investir; se o empresariado nacional investir, alavanca a disposição do empresariado estrangeiro em aportar o seu capital aqui dentro.

Mas, se o Estado não investe e o empresário privado brasileiro não investe, fica muito difícil convencer algum empresário estrangeiro a investir no Brasil. Portanto, nós temos que cumprir com a nossa parte. Foi por isso que chamei a Brasília os dez maiores empresários do Brasil. E discutimos quais os principais projetos que precisamos começar a trabalhar, para, depois do projeto pronto, procurarmos parcerias para que possamos fazer os investimentos que o Governo tem responsabilidade de fazer, sobretudo financiamento via BNDES. E que a iniciativa privada cumpra com a sua parte.

Isso aqui é um exemplo das coisas que podem ser feitas entre o governo e a iniciativa privada. O que nós precisamos, concretamente, é não fazer obras de forma aleatória, apenas por interesses políticos dentro de um estado, mas fazer um nicho de obras que levem em conta as necessidades e as prioridades urgentes do nosso país.

E a questão dos portos passa a ser uma das questões prioritárias. Por quê? Porque, se continuarmos trabalhando como estamos trabalhando... por isso levei o companheiro Roberto Rodrigues para ser ministro da Agricultura do nosso país; por isso levei o Luiz Furlan para ser ministro da Indústria e Comércio Exterior; eu queria que esses dois Ministérios tivessem profissionais do ramo, que conhecessem profundamente a matéria e que pudessem, a partir deste conhecimento, fazer com que o nosso país não perdesse um minuto sequer nestas duas áreas. E verdade é,



que é exatamente nestas áreas que nós estamos muito bem. É exatamente nestas áreas que nós estamos tendo um superávit excepcional. E eu posso dizer a vocês, hoje, que nem sabia da liderança que o Roberto Rodrigues tinha junto ao pessoal da agricultura brasileira. Mas não é a liderança de um líder que se impõe porque tem um cargo de ministro. É que todas as vezes que me encontro com vocês e com o Roberto Rodrigues, eu consigo detectar que, mais do que líder, e mais do que ministro, ele é companheiro de vocês em muitas coisas que vocês já fizeram juntos.

Eu sou otimista, eu não diria exagerado, mas um otimista convicto. Eu, toda vez que vejo uma coisa funcionando bem, fico me perguntando: por que tudo não funciona bem? O problema é que no Brasil nós perdemos algumas oportunidades. Eu digo sempre que, muitas vezes, quando falamos em investimento, em tecnologia, em educação, sempre aparece alguém dizendo: isso custa muito, eu não posso fazer. Mas, passados tantos anos, e com o mundo globalizado do jeito que está e com a obrigatoriedade que nós temos de competir com países do ponto de vista tecnológico, educacional, mais avançados do que nós, hoje não temos que perguntar quanto custa fazer tal investimento. Hoje, a grande pergunta é quanto custou não fazermos as coisas certas, no tempo certo, no nosso país.

Eu vou dar um dado que vocês vão ficar preocupados. Eu nem fiz o discurso na inauguração de uma escola que fui em São Paulo, porque achei o número muito absurdo. E depois o ministro Cristovam me confirmou. No Brasil, 52% das crianças que estão na 4ª série não sabem ler corretamente. Se lêem, não conseguem entender o que leram. E uma outra parte, que chega a mais de 50%, não sabe ainda fazer as quatro operações. Desse jeito, nós poderemos perder a competitividade com que tanto sonhamos. E desse jeito, meu caro Beto Mansur, fica muito difícil conseguirmos empregos. Seremos suplantados pela tecnologia, se nós não acreditarmos que o homem precisa acompanhar, na sua formação intelectual, os avanços tecnológicos, para que possa ter a oportunidade de sobreviver no mercado de trabalho. A tecnologia é irreversível, e todo mundo quer que ela venha com a maior rapidez possível. Mas, ao mesmo tempo, tanto o Estado quanto os



empresários precisam se preocupar, porque se nós não cuidarmos de arrumar condições de trabalho para aqueles que estão ficando marginalizados no processo de emprego no Brasil, nós vamos ver o crescimento de movimentos espalhados por este país, gente sem emprego, gente sem casa e gente vivendo de ocupação em ocupação. Isso não interessa ao governo federal, não interessa ao governador do estado, não interessa ao prefeito de Santos, não interessa ao empresariado brasileiro e, muito menos, interessa ao povo deste país, que não gostaria de estar dormindo embaixo de um encerado preto.

E a obrigação de resolver isso não é de um presidente, nem de dois presidentes, nem de três presidentes. A obrigação de resolver isso é de toda a sociedade brasileira. Até porque o problema foi criado por toda a sociedade brasileira. É uma solidariedade, uma co-responsabilidade para que nós, dando condições de cidadania para essas pessoas, possamos produzir mais açúcar, mais energia, mais roupas, mais sapatos, mais aparelhos eletrônicos, e possamos dinamizar a economia brasileira. Esse é um sonho e uma responsabilidade. E todos nós precisamos assumir. Pobre de quem achar que pode fazer transferência de responsabilidades.

Eu me lembro que, em 1982 – possivelmente muitos de vocês fossem muito jovens, menos o Homero – o Palácio do governador do estado de São Paulo teve as cercas derrubadas, porque a gente pobre da periferia de São Paulo estava reivindicando comida. Já se passaram 21 anos e nós ainda continuamos com os mesmos problemas da fome permeando o estômago de quarenta e poucos milhões de habitantes.

Portanto, nós não temos como fugir disso. É um problema de responsabilidade do poder público, mas vocês sabem que é problema, também, pertinente às atividades empresariais de vocês. Até porque, eu tenho certeza que vocês têm mães, pais, filhos, têm coração, têm senso de humanismo, e ninguém neste país dorme tranquilo sabendo que, próximo de nós, tem uma criança que vai dormir sem ter comido as calorias necessárias. E que se nós não cuidarmos dela, o



narcotráfico cuida, a bandidagem cuida. E aí, o que nós não investirmos para cuidar dessa criança, vamos ter que investir para criar presídios, cada vez mais caros e cada vez mais fortes, para segurar os bandidos que estão cada vez mais ousados e mais petulantes, muitas vezes desafiando o poder do Estado e as autoridades. Então, este é um desafio de todos nós, que vamos ter que assumir.

Eu, certamente, não fugirei à minha responsabilidade. Eu me lembro de uma coisa que marca e vai marcar a minha vida: quando eu fui candidato a governador, em 82, o Jânio Quadros, que era uma figura ímpar da política brasileira, me perguntou, num debate, por que eu queria ser candidato? E, na hora, a única resposta que me veio foi: “Olha, eu quero ser candidato para ver se eu sou capaz de fazer tudo o que eu acho que você deve fazer. Ou seja, eu quero ver se tenho competência de atender às minhas próprias reivindicações.”

Esse é o desafio mais gostoso. É o desafio mais importante que um homem pode ter: é ele poder provar, para si e para os outros, que é capaz de fazer aquilo que ele achava que os outros deveriam fazer. E esse é um desafio que eu assumi e que vou cumprir, para ver o resultado final, depois dos quatro anos de mandato.

Mas eu queria fazer um discurso para vocês. Afinal de contas, faz parte do ofício de ser Presidente fazer esse discurso. E também, porque toda vez que nós temos problemas, temos franqueza para nos reunirmos e conversarmos francamente. Porque no Brasil é assim. Em determinadas épocas do ano, o político tem vergonha de determinados setores.

Eu me lembro que usineiro era uma coisa que ninguém queria chegar perto. Tem gente que na hora das eleições adora conversar com evangélicos, mas depois das eleições, tem vergonha de dizer. Eu sou assumido nas coisas que eu faço. Eu tenho defeitos e virtudes, como todos vocês têm defeitos e virtudes. Os defeitos, a gente deixa do lado, quando sai de casa, vem só com as virtudes. E, aí, a gente se entende perfeitamente bem.

Por isso, é difícil resumir num só termo o sentido da palavra futuro. Mas seguramente, no campo econômico, um sinônimo apropriado chama-se infra-



estrutura. Este terminal inaugurado pela Copersucar, no Porto de Santos, é um exemplo disso.

O Brasil encontra-se, há 20 anos, sem experimentar um ciclo sustentado de crescimento. Não por acaso, esse período coincide com o abandono do planejamento estratégico e com a ausência de grandes obras na sua base produtiva.

O Plano Plurianual de Investimentos do governo para o período 2004-2007 amadureceu, nesse meio tempo, em debates democráticos com governadores, prefeitos e toda a sociedade. O governo propiciou uma escuta forte da sociedade organizada, realizando fóruns do PPA em todas as unidades da Federação.

No final de agosto, ele será apresentado ao Congresso para que o Brasil volte a dispor de uma ferramenta – menosprezada nos últimos anos –, mas insubstituível num projeto nacional: o planejamento estratégico da economia e do desenvolvimento social.

O investimento em infra-estrutura é a locomotiva de uma sociedade. Ele desencadeia uma série de novos negócios à sua volta, além de efeitos extraordinários na qualidade de vida das pessoas, algo de valor incalculável. Uma obra de saneamento, por exemplo, reduz a mortalidade infantil; populações inteiras passam a viver mais e melhor com água encanada e com coleta de esgoto. Quanto vale uma conquista dessas?

Nosso governo, apesar das restrições orçamentárias, já investiu um bilhão e 400 milhões de reais só na área de saneamento básico. Para voltar a crescer, reduzir sua vulnerabilidade externa e social, e honrar compromissos internacionais, o Brasil precisa gerar divisas. Significa dizer que a competitividade das nossas exportações requer uma infra-estrutura adequada.

Daí por que, meu caro Homero, nós vamos ter que definir a questão das ferrovias no nosso país que, durante tantos e tantos anos, ficaram esquecidas. Nós vamos ter que discutir, com carinho, a Perimetral do Porto de Santos, a Perimetral de Guarujá, o túnel, a dragagem do Porto de Santos.



E vamos discutir isso com a responsabilidade de que essa obra não pode ser vista sob a ótica mesquinha de “obra de um governo”. É preciso ser vista como obra necessária ao desenvolvimento deste país e, conseqüentemente, obra que poderá garantir a futuras gerações melhor qualidade de vida.

Nossos portos, por exemplo, são o último elo da cadeia exportadora. Se não forem eficientes, perde-se a produtividade conquistada nas etapas anteriores da produção. Nesses dias, eu vi a televisão mostrar: nós falamos maravilhas da produção de soja e, depois, chegou a ter uma fila de quase 75 quilômetros de caminhões, porque a produção não podia chegar ao Porto de Paranaguá.

Ou seja, aí a competitividade da produção desaparece. Nós, então, precisamos ter em conta que os nossos portos precisam ser tratados com carinho excepcional. E eu acho que as obras podem facilitar o escoamento dessa produção.

Aqui, em São Paulo, se nós não trabalharmos conjuntamente – governo federal, governo estadual e empresários – e a produção agrícola aumentar, como estamos pensando que ela vai aumentar, nós vamos ter problemas na hora de exportar os nossos produtos. Portanto, não tem um responsável. Todos nós temos que assumir essa responsabilidade.

Uma demora na fila de embarque prejudica a competitividade de uma agricultura pujante e vitoriosa, apesar do protecionismo internacional. Daí a dupla importância deste terminal que vocês estão inaugurando hoje.

Por aqui vão passar 6% das exportações mundiais de açúcar. Os silos que permitirão o embarque a granel vão diminuir em 10% os custos de transporte por tonelada, desde o campo até o cliente externo.

Trata-se de uma parceria – como disse o Homero – com o BNDES. Uma semente de algo que pode e deve ser aprofundado agora: as parcerias de investimento entre os setores público e privado para estimular a retomada do crescimento.

A cana-de-açúcar gera um milhão e 400 mil empregos no campo e na indústria. De certa forma, foi a lavoura que veio por São Vicente, mas que deu mais



resultado em Pernambuco, 300 anos atrás.

E o Brasil tem o menor custo mundial de produção. Lidera o mercado com exportações de 11 milhões de toneladas e uma receita da ordem de dois bilhões de dólares por ano. Precisamos aumentar isso, Homero. Precisamos chegar aos três bilhões. Mas é por isso, também, que o nosso país é fortemente afetado por medidas protecionistas como, entre outras, as da União Européia, que privilegia, por exemplo, seus 350 mil produtores de beterraba, impondo ao consumidor local um açúcar três vezes mais caro do que o Brasil pode ofertar.

Aí, são duas coisas importantes que nós não podemos abrir mão de brigar, na OMC. Ainda ontem, eu tive a oportunidade de falar com o chefe da OMC. Ontem, eu dizia: “Não é possível que os Estados Unidos e a União Européia, que falam 24 horas por dia de livre comércio, quando chegam naquilo que nós somos competitivos, eles dizem o que nós aprendemos desde pequenos: faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço”.

Na verdade, seria muito mais fácil para o mundo comprar o açúcar e o álcool brasileiro, porque nós estamos numa fase importante. Se for cumprido o Acordo de Kioto, até 2008 nós teremos espaço no mundo, e pouca gente terá o privilégio de competir com o Brasil.

Agora, se as pessoas quiserem produzir álcool de milho, custando três vezes mais do que o nosso álcool, vai ficar difícil falar em livre comércio. Mas podem ficar certos que Celso Amorim, o Furlan e o Roberto Rodrigues, que são os meus “Pagão, Pelé e Pepe”, estarão brigando por nós 24 horas por dia. Eu aprendi, desde pequeno: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E nós vamos quebrar essas regras do protecionismo.

Aumentar nossa eficiência exportadora – em todas as áreas – não é, portanto, apenas uma escolha, mas um requisito para ampliar o espaço do futuro. O comércio internacional de açúcar cobre apenas 30% do consumo mundial. A China, por exemplo, consome oito quilos per capita/ano – contra a média brasileira de 53 quilos.



Se os chineses dobrassem seu consumo, só isso elevaria em mais de dez milhões de toneladas a demanda internacional, ou seja, o equivalente a um ano de exportações brasileiras. Daí, vocês percebem que nós precisamos fazer os chineses gostarem do açúcar. Nós temos que ajudar os chineses a gostarem de tomar um café com açúcar, porque aí vocês vão perceber que, em pouco tempo, poderemos exportar muito mais do que exportamos até agora.

O setor público tem recursos e projetos para induzir a iniciativa privada – nacional e estrangeira – a somar esforços nessa empreitada. O PPA oferece horizontes de curto, médio e longo prazos, legitimados e aperfeiçoados pelo debate social.

A sede de justiça social represada nas últimas décadas não é um obstáculo e sim uma grande oportunidade para o Brasil. Hoje, o Brasil é um país democrático, que se abre ao mundo para compartilhar a construção de um projeto republicano de desenvolvimento social e econômico. Um país que tem recursos, regras estáveis, uma agenda criativa e, principalmente, a certeza de sua gente e de seu governo de que o futuro só será futuro se for melhor para todos.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com lideranças políticas

Palácio do Planalto, 05 de agosto de 2003

Eu digo sempre que pernambucano não poder ver um microfone que quer fazer um discurso.

Primeiro, eu quero agradecer aos companheiros e companheiras prefeitos e prefeitas do Partido dos Trabalhadores,

Quero agradecer aos nossos governadores aqui presentes. São poucos, mas são combativos e bons,

E dizer para vocês que eu continuo acreditando que nós vamos fazer as reformas que nos propusemos a fazer. Eu estou convencido que vamos votar a Previdência Social entre hoje e amanhã. Não é apenas uma vontade do Presidente da República e do seu governo, mas é uma vontade expressa da maioria dos parlamentares do Congresso Nacional.

Eu acredito que, com a mesma rapidez e com a mesma ação democrática, nós vamos votar a reforma tributária, porque essas duas reformas não são reformas de interesse do Presidente da República, não são reformas do interesse do Partido dos Trabalhadores. Essas reformas são necessárias para que possamos recuperar a possibilidade do nosso país voltar a crescer e a se desenvolver.

A reforma tributária, sobretudo, é extremamente importante para que possamos consolidar o pacto federativo entre União, estados e municípios. A reforma da Previdência é necessária porque nós precisamos garantir que os nossos filhos e os nossos netos, amanhã, tenham o direito de se aposentar e receber o seu salário. E hoje vocês, que são prefeitos e governadores, sabem que o processo está falido e que alguém tinha que ter coragem de mexer. E quis Deus que caísse nas nossas mãos. E nós, então, não temos por que não fazer.

Acho que o Brasil vai ficar agradecido por ter aparecido, neste país, um



governo que tenha se comprometido em fazer as reformas que, durante tantos e tantos anos, falaram que iam fazer e não tiveram coragem de enfrentar os debates, como nós tivemos.

Nenhum companheiro do PT, nenhum prefeito, nenhum governador, nenhum ministro, nenhum dirigente do PT – e, diga-se de passagem, o companheiro José Genoíno teve um papel excepcional no sentido de organizar o Partido, no sentido de promover os debates – nenhum companheiro vacilou um minuto sequer em dizer, a quem quer que fosse, que as reformas eram necessárias ao Brasil e que elas precisavam ser aprovadas.

Agora eu digo sempre que a sorte está lançada. A proposta está no Congresso Nacional, os líderes estão debatendo entre si, e eu não tenho dúvida nenhuma de que o compromisso que todos os deputados brasileiros têm com o país vai garantir a aprovação dessas matérias. E vocês sabem que nós estamos preparando outras grandes discussões para o Brasil, que vamos fazer. Vamos rediscutir a estrutura sindical brasileira, vamos rediscutir a legislação trabalhista neste país. Para isso nós criamos, na semana passada, o Fórum Nacional do Trabalho, com a representação de 21 membros do lado empresarial, 21 membros do lado do movimento sindical, 21 membros do governo, e cada parte escolheu os seus representantes. Não foi o governo que escolheu. E é assim, debatendo com a sociedade, que nós vamos construir o Brasil que motivou a entrada de muitos de vocês na política do nosso país.

Nós sabemos que ainda estamos longe de construir o Brasil dos sonhos de cada um de nós. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que nós estamos no caminho certo. Não faltarão aqueles que irão jogar casca de banana para tentar atrapalhar a nossa chegada ao objetivo comum, que é fazer o Brasil crescer, gerar empregos, distribuir renda, e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

E eu sou até otimista demais. Todo dia, quando chego ao Palácio para governar e encontro o José Dirceu, o Antônio Palocci, o Gilberto Carvalho, o José Genoíno, o Olívio Dutra, e todos os ministros, o meu papel é dizer para eles que nós



temos que estar cada vez mais tranqüilos e cada vez mais convencidos de que somente nós poderemos fazer o que o Brasil precisa que seja feito.

Tem coisas muito simples. Vejam uma coisa: eu acabo de fazer uma reunião com todos os reitores das universidades federais do Brasil e com os das escolas técnicas. Eu achei que era uma reunião corriqueira e – pasmem – é a primeira vez na história do Brasil que um presidente da República se reúne com todos os reitores de uma só vez. É por isso que o Brasil não podia dar muito certo, porque uma simples reunião com reitores não era feita, com medo de cobranças. Nós não só fizemos a reunião, como convidamos os reitores a serem parceiros na construção do tipo de educação que nós precisamos fazer para o Brasil.

Eu fui à inauguração do Centro Educacional Unificado, na cidade de São Paulo, no domingo, e eu no discurso vi um número tão forte, que não tive coragem de lê-lo. Eu não acreditei no número, eu falei: não posso ler, porque esse número é tão forte, que parece não ser verdadeiro.

Aí, eu viajei para Santos com o Cristovam Buarque e falei: Cristovam, esses números aqui são verdadeiros ou não? O Cristovam falou para mim: Presidente, não só são verdadeiros, como, se a gente for pesquisar mais a fundo, talvez sejam mais graves.

Ou seja, 52% das crianças que estão na quarta série não sabem interpretar um texto que lêem e 59% não sabem fazer as quatro operações. Isso é tão grave, meus companheiros, prefeitos e governadores, quanto a situação econômica do país.

Isso é tão grave, prefeito Pimentel, como a dívida externa, a dívida interna. Durante tantos anos se fez tanta propaganda, e constatamos que, mais uma vez, as nossas crianças não tiveram o cuidado necessário que precisariam ter tido.

Nós também temos consciência de que, para o Brasil crescer e se desenvolver, a educação é peça fundamental, até porque não tem, na história da humanidade, nenhum país que conseguiu crescer e se desenvolver sem antes ter consolidado a sua base, que é a formação intelectual e profissional da sua gente.



Isso nós sabemos porque não é um compromisso de campanha, é um compromisso histórico que vocês trazem da vida de vocês e que ficou consubstanciado em um programa de governo que eu faço questão de, de vez em quando, reler e que na primeira reunião dos Ministérios, pedi que cada um utilizasse o programa de governo como se fosse um livro de cabeceira, para que sempre soubéssemos o que prometemos, para que nunca nos esquecêssemos que o nosso objetivo era cumprir aquilo que nós escrevemos no programa.

Esse gesto de solidariedade de vocês em um momento difícil da política nacional – em que nós estamos com duas reformas importantes para serem votadas, em que prefeituras e estados descobrem que estão falidos – é muito importante, porque as prefeituras e os estados não estão falidos por conta do nosso governo, na verdade estão falidos desde quando se refez a Constituição deste país, acabando-se com a política que nós tínhamos elaborado em 1988, que garantia aos municípios e aos estados mais dinheiro e na qual que fortalecíamos o pacto federativo.

Estão falidos, porque nos últimos anos o governo federal preferiu empobrecer municípios e estados, para que prefeitos e governadores não saíssem do gabinete dos ministros, pedindo ajuda para isso e para aquilo. Nós queremos reconstruir o pacto federativo, e por isso mandamos a proposta de reforma da política tributária.

Nós reconhecemos que as cidades brasileiras estão quebradas. Nós reconhecemos que os estados brasileiros estão quebrados. Mas a verdade nua e crua é que muita gente poderia ter gritado há um tempo atrás. A verdade é que muita gente poderia ter contribuído para que isso não acontecesse, e ficaram quietos. E, da minha parte, eu até acho saudável que esses que não gritaram antes gritem agora, porque significa, pelo menos, que eles não têm medo de nós e percebem que nós os tratamos de forma mais democrática do que eles foram tratados anteriormente.

Nós não temos solução para o Brasil como num passe de mágica. Essa construção será feita junto com vocês. Será feita junto com prefeitos, junto com



governadores, junto com a sociedade brasileira, até porque os problemas do Brasil são de tal ordem de grandeza que não existe Golias que, sozinho, consiga resolver os problemas. Mas como todos nós temos um pouquinho de Davi dentro de nós, certamente nós iremos derrubar os gigantescos problemas que temos, para dar tranqüilidade ao povo brasileiro.

Vocês, prefeitos e governadores, já são experiências vivas disso. E eu, toda vez que imagino ter uma preocupação qualquer, fico me lembrando: se os nossos prefeitos conseguiram a proeza de consertar as cidades, por que eu não posso consertar o Brasil? Se os nossos governadores, em tão pouco tempo, fizeram tanta coisa boa para os estados, por que nós não poderemos dar coisas boas para o Brasil?

E é pela experiência bem sucedida de vocês que eu acordo todo santo dia mais confiante do que no dia da posse. Nós vamos resolver os problemas do Brasil, podem ter certeza disso.

E muito obrigado pelo apoio.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos novos oficiais-generais

Palácio do Planalto, 13 de agosto de 2003

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República,

Minha querida esposa Marisa,

Excelentíssima companheira Marisa Gomes da Silva, esposa do nosso Vice-Presidente da República,

Meu caro embaixador José Viegas, ministro de Estado da Defesa e sua senhora, Érica Stockholm,

Meu caro general Jorge Armando Félix, ministro de Estado chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República,

Meu caro Luiz Gushiken, ministro de Estado chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República,

Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da Marinha e sua senhora, Ângela Maria Carvalho,

General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército e sua senhora, Maria Antonina de Albuquerque,

Tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica e senhora, Sônia Bueno,

Senhores oficiais-generais promovidos no dia 31 de julho passado,

Minhas senhoras e meus senhores,

É com grande satisfação que participo de mais esta cerimônia de cumprimentos aos oficiais-generais promovidos. Todos sabem do apreço que tenho pelas nossas Forças Armadas. Falo com freqüência no respeito que nutro pelo militar brasileiro.



Mas creio nunca ser demais reconhecer, de público, o profissionalismo e a abnegação de nossos oficiais e praças, que se dedicam incansavelmente à causa maior de servir ao país. Creio nunca ser demais expressar a minha sincera admiração, como cidadão, pelo sentido de patriotismo que norteia, no dia-a-dia, o trabalho da nossa Marinha, do nosso Exército e da nossa Aeronáutica.

E os senhores, oficiais-generais promovidos, foram considerados como fiéis representantes desses altos valores. Os senhores foram considerados como dignos de terem suas trajetórias profissionais associadas à excelência que caracteriza as nossas Forças Armadas. E, por essa razão, são motivo de orgulho não apenas para mim, mas para o Ministério da Defesa, para os Comandantes das Forças e para toda a nação brasileira.

Ao felicitá-los pela importante e merecida promoção, ressalto a dimensão de responsabilidade que ela implica. A confiança depositada em seu desempenho é enorme. De meus oficiais-generais espero que, sempre a serviço do Brasil, preservem e promovam as várias qualidades que reúnem as três Armas. De seus oficiais-generais, a sociedade brasileira espera que, dentro do espaço de atuação das Forças Armadas, sigam contribuindo para o permanente desenvolvimento do país. E sabemos todos, sem dúvida, que os senhores, honrando os novos galões que ostentam, saberão estar à altura das nossas legítimas expectativas.

A responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros se torna especialmente nítida se pensarmos na grandeza e na complexidade das funções exercidas, no Brasil, pelas Forças Armadas.

Temos, no nosso país, muito a proteger. Existem, na vastidão territorial brasileira, significativos vazios demográficos. Alguns desses vazios coincidem com áreas de fronteira e constituem espaços de difícil acesso. Além disso, a imensidão das nossas riquezas culturais e naturais é amplamente conhecida – e nela se destaca uma biodiversidade extraordinária.

Nessas condições, a garantia da soberania do Brasil e a adequada defesa do nosso território – tarefas próprias das Forças Armadas – demandam esforço



metódico e concentrado. Conto com a capacidade de liderança dos senhores para que essas tarefas continuem a ser executadas com a competência de sempre.

Mas, como ninguém aqui ignora, a contribuição das três Forças singulares para o Brasil vai muito além do desempenho de suas funções constitucionais primordiais. Elas também se destacam – e este não é um dado menor – como um poderoso fator de integração nacional.

No Brasil, cabe, historicamente, às Forças Armadas estar presente nos mais variados pontos do território nacional. E, ao fazerem isso, elas têm desenvolvido uma consistente atuação de caráter social. Todos sabemos – mas não custa lembrar – que, em alguns casos, as Forças Armadas prestam a comunidades menos favorecidas, nos mais recônditos espaços da nossa pátria, serviços essenciais. Serviços que, de outro modo, simplesmente não lhes seriam acessíveis.

Terei em breve a oportunidade de ver de perto, na visita que pretendo fazer a organizações militares na Amazônia, o conhecido desprendimento e a dedicação dos profissionais envolvidos nessas ações sociais que as três Armas realizam naquela região.

Igualmente notável é a participação das Forças Armadas nos programas sociais mais amplos do governo. Elas estão engajadas, por exemplo, na implementação do programa Fome Zero, por meio da prestação de apoio logístico. Da mesma forma, participam do programa Primeiro Emprego, por intermédio de um auspicioso projeto, executado em parceria com o Ministério do Trabalho e do Emprego, que recebeu o nome de “Soldado Cidadão”.

Não tenham dúvida de que, também no que se refere às atividades subsidiárias das Forças Armadas, conto com a inspiração e o devotamento dos senhores para mantê-las e, quando possível, aprofundá-las.

Senhores oficiais-generais promovidos,

Um árduo caminho ainda tem de ser percorrido até que consolidemos um país mais justo. Inúmeros obstáculos ainda nos separam do Brasil ao qual o povo brasileiro aspira e pelo qual batalhamos. Nesse sentido, na superação desses



obstáculos, as Forças Armadas têm um importante papel a desempenhar. E, certamente, elas não nos têm faltado e não nos faltarão.

Aceitem os meus renovados cumprimentos e sejam sempre muito felizes.

Boa sorte a todos os oficiais-generais promovidos.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos Relatórios dos 27 Fóruns da Participação Social no PPA 2004-2007

Brasília, 14 de agosto de 2003

Primeiro, quero cumprimentar o presidente do Senado, senador José Sarney, que tem nos dado a honra, em todos os atos que nós fizemos aqui, da sua presença, numa demonstração de que compartilha, de forma definitiva, uma relação democrática entre o Senado e o Poder Executivo.

Quero cumprimentar os ministros Benedita da Silva; o Rubens Fonseca, que está substituindo o companheiro Cristovam; o Roberto Rodrigues; o Ciro Gomes; o companheiro Furlan; a Matilde; o Roberto Amaral; a Emília Fernandes; o Graziano; o general Félix; o José Fritsch; o Olívio Dutra; o Miguel Rossetto; o Tarso Genro e todos os companheiros que estão aqui; o companheiro Waldir Pires, que estava atrás da Matilde, e eu não estava vendo; a companheira Marina. Eu só estava olhando para o centro do governo, aqui, nem para a direita, nem para a esquerda. Vocês perceberam que eu já decorei o nome de todos os ministros.

Meu caro Amir Lando, líder do governo no Congresso Nacional,

Aloísio Mercadante, líder do governo no Senado,

Meu caro governador Lúcio Alcântara, do estado do Ceará,

Meu caro Jorge Mattoso,

Dom Damasceno,

Meus amigos prefeitos, vereadores,

Meus companheiros e companheiras deputados,

Meu caro Fernando Pimentel, em nome do qual eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes aqui,

Senadoras presentes,

Representantes do movimento social organizado,



Eu cheguei com quase duas horas de atraso. Consegui não só atrapalhar minha agenda, como atrapalhar a agenda de todos vocês. Eu vou tentar ser sucinto. Não se preocupem que eu não vou ler. Vou ser sucinto para dizer que essa metodologia de envolver a sociedade brasileira no debate da definição do modelo de desenvolvimento que nós desejamos e, ao mesmo tempo, na definição das coisas que entendemos como prioridades para o nosso país e o nosso povo, é uma forma de evitar que aconteça, daqui para a frente, o que aconteceu em muitos lugares do Brasil, durante muitos e muitos anos.

A quantidade de obras que estão há 15, 18, algumas há 21 anos, totalmente paralisadas no Brasil demonstra que, muitas vezes, a obra não era de interesse da cidade, não era de interesse do Estado, não era de interesse da União. Às vezes, a obra era do interesse de quem a projetou ou, quem sabe, de meia dúzia de pessoas que pensaram em fazer aquela obra.

Nós queremos criar uma nova cultura daqui para a frente. Esse Plano Plurianual não é uma peça de ficção que vamos dar entrada na Câmara dos Deputados e que, muitas vezes, por um simples acordo de liderança, a maioria vota sem saber o seu conteúdo. Nós queremos que os congressistas brasileiros, ao receberem o projeto do Plano Plurianual, tenham clareza de que isso é resultado do mais importante debate já feito com a sociedade civil brasileira, para discutir o futuro do desenvolvimento do nosso país. Todos os governadores foram chamados e participaram; todos os prefeitos foram chamados e muitos participaram; todas as centrais sindicais foram chamadas e muitas participaram; todo movimento popular organizado foi chamado a participar e muitos participaram. Empresários micros, pequenos, médios e grandes participaram.

Portanto o resultado desse Plano Plurianual pode não ser a coisa mais extraordinária que todos nós sonhávamos, mas certamente é o plano que tem a maior densidade de participação da sociedade, do que qualquer outro que já foi lançado no Brasil.



Por que é importante? Porque isso que nós estamos fazendo é estabelecer uma cumplicidade com a sociedade civil. Vocês participaram, contribuíram, apresentaram sugestões e muitas vão ser colocadas no Plano Plurianual, outras vão ficar para depois. Vocês têm um instrumento para cobrar o governo e o governo tem um instrumento para cobrar à própria sociedade, para que ela cobre do Governo as coisas que acordamos, depois do debate que fizemos.

Parece simples, mas é muito difícil. Primeiro, a execução de um Programa como esse, porque toda vez que nós pensamos em um grande plano de desenvolvimento, precisamos pensar também no dinheiro. E por incrível que pareça, no governo é como na casa da gente, o dinheiro é sempre menos do que aquilo que precisamos.

Vocês sabem que quem trabalha e recebe contracheque no final do mês, pode ter 40% de aumento em um mês que, quando recebe, nota o aumento. No segundo mês, a pessoa já acha que é pouco, já está querendo mais.

Orçamento de governo é isso. Eu, de vez em quando, brinco com os meus ministros que, cada vez que eles vêm conversar comigo e reclamar do pouco dinheiro, eu me lembro das brigas homéricas que os meus filhos fazem toda sexta-feira para arrancar algum dinheiro da Marisa, para eles saírem para passear. Ela sempre diz que não tem e eles sempre acreditam que tem.

Essa regra é fácil. Quando se fala em orçamento de governo, de estado, ou de prefeitura, a gente pensa que é difícil. Eu me lembro de uma frase famosa de um prefeito, que disse uma vez: “o povo está preparado para participar apenas das decisões sobre obras pequenas, das grandes é muito difícil”.

Das grandes é que é mais fácil. Acontece que é nas grandes obras que têm, muitas vezes, as grandes coisas que todo mundo sabe que um presidente da República não pode falar.

Da mesma forma, nós queremos inovar na seqüência de todo esse trabalho. A quantidade de obras que está parada hoje no Brasil, por conta de conflitos entre a obra e o Ministério do Meio Ambiente, entre a obra e uma ação do Ministério Público!



E aí se passa, de repente, a dizer que a obra não está andando porque o Ministério do Meio Ambiente está atrapalhando.

O que acontece na verdade é que muitas vezes, no Brasil, ao se construir um projeto pensando apenas na próxima eleição e, muitas vezes, de forma muito imediatista, não se leva em conta alguns aspectos da legislação ambiental que têm que ser respeitados. E se o Ministério do Meio Ambiente for sério, não pode deixar passar. E se deixa passar, muitas vezes o Ministério Público entra com uma ação. E a obra fica embargada.

Então, o que é preciso ter em conta é que a mudança é fazer com que os grandes projetos do Brasil sejam concomitantemente feitos com a participação de todos os envolvidos naquela construção. O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público têm que estar participando desde o começo, para que se vá desobstruindo todos os entraves que possam causar problemas futuros.

E eu acho que isso está contido na idéia inicial do Plano Plurianual. Nós pretendemos que saia o mais fiel retrato daquilo que vocês conseguiram produzir. Se vocês atentarem bem – eu não sei quem falou da questão do orçamento, dos oradores do movimento social – é importante discutir o orçamento enquanto ele está sendo feito. Porque é importante a gente se dar conta de com quanto dinheiro nós estamos lidando, para que tenhamos consciência prévia de que nem sempre se pode fazer tudo que se planejou, porque nem sempre se consegue arrecadar tudo que se gostaria de arrecadar.

Qual é a saída então, se, no orçamento, não se tem os recursos necessários para fazer as obras que se planejou? Vamos pegar um exemplo concreto: a chamada revitalização do Rio São Francisco, que passa por levar água ao semi-árido nordestino. Toda vez que se discute essa obra, alguns agem como se fossem donos do Rio São Francisco e não querem dar água para o outro. Outros dizem que é preciso saber onde a água vai passar. E outros dizem, que é o discurso mais comum, que não tem dinheiro.

Esse projeto já foi orçado em cinco, em seis, em dois, em três, a quantidade



de bilhões que vocês possam imaginar. Mas o dado concreto é que, em 1847, portanto há 160 anos, Dom Pedro teve a idéia de fazer a transposição das águas. Significa que, naquela época, o imperador tinha detectado que o problema da seca era grave. Possivelmente, na hora que ele reuniu os seus conselheiros, alguém disse: não tem dinheiro, custa muito caro. Então, isso foi sendo protelado até os dias de hoje. Mas nós temos a responsabilidade de discutir o custo da obra. Temos que – antes de discutir se ela custa cinco ou seis bilhões de dólares – discutir quanto custou, nesses últimos 160 anos, não fazer a transposição de águas do Rio São Francisco para o nordeste brasileiro.

Quantos morreram de fome? Quantas crianças morreram antes de completar um ano de idade? Quantos viraram retirantes e vieram para os grandes centros urbanos? Isso tem um custo, que nós temos que ter a consciência e a capacidade de analisar. É por isso que nós assumimos o compromisso de levarmos água para o nordeste brasileiro. Se precisar fazer uma curvinha, por conta de uma decisão do Meio Ambiente, Marina, a gente pode fazer uma, pode fazer duas curvas, não tem problema. Não queremos fazer uma coisa reta, como se fosse um metro. Não. Nós queremos dar as curvas necessárias para que o projeto saia o mais bem feito, ecologicamente falando, o mais bem feito, financeiramente falando, e o mais bem feito que a nossa engenharia possa produzir. E, sobretudo, que o resultado social seja o melhor já alcançado neste país. E as outras obras, para as quais nós não temos dinheiro? Vamos ter que fazer parcerias.

Nós sempre afirmamos, aqui no governo, que é o projeto que faz o dinheiro, não é o dinheiro que faz o projeto. Se você tentar convencer um empresário a investir em alguma coisa de forma abstrata, apenas pelo seu bom discurso, você não vai trazer um níquel para cá, mas se você tiver um bom projeto, que tenha base de sustentação, que tenha viabilidade econômica, pode ficar certo que muita gente vai ter interesse de investir os recursos aqui no Brasil.

É esse o nosso trabalho. Nós passamos para vocês ou compartilhamos a responsabilidade de vocês, enquanto sociedade, de fazer o Plano Plurianual



conosco. Portanto, nós passamos a responsabilidade para vocês nos cobrarem, e agora vocês transferiram para nós a responsabilidade de executar o que vocês pensaram.

O jogo começou e eu espero que tenhamos competência para marcarmos os gols necessários para cumprir o nosso Plano Plurianual. Muito obrigado, boa sorte, meus parabéns Dulci. Meus parabéns Guido, e parabéns a todos que trabalharam neste projeto.



**Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
em cadeia de rádio e TV, sobre as realizações do governo**

Brasília - DF, 15 de agosto de 2003

Meus amigos e minhas amigas,

Ontem o Brasil deu um grande passo em direção às mudanças de que tanto precisamos. A reforma da Previdência foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora irá ao Senado. Nunca governo algum conseguiu aprovar na Câmara, em apenas três meses e meio, uma reforma tão importante para o futuro do nosso país. E por que ela é importante? Porque garante o futuro das aposentadorias e pensões de todos, traz maior equilíbrio às contas do governo e, de forma definitiva, elimina no serviço público aqueles altos salários e aposentadorias absolutamente incompatíveis com a realidade brasileira. Além disso, interna e externamente, o Brasil dá uma demonstração clara de que já não foge mais dos seus principais problemas. Ao contrário. Os enfrenta com firmeza e determinação.

E isso só foi possível, tenham certeza, graças a muito empenho e muita vontade política, não só do governo, mas também de todos os governadores, dos prefeitos, dos partidos da base aliada e da grande maioria dos deputados brasileiros, inclusive, de muitos da oposição. O Brasil agradece o patriotismo que eles demonstraram. Foi decisiva, também, a participação das centrais sindicais e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

E, é claro, o maciço apoio do povo brasileiro, sem o qual não se resolverá nenhum grande problema nacional.

Problemas existiram e vão existir sempre, sobretudo quando se quer mudar alguma coisa. Pois mudar significa, muitas vezes, contrariar interesses, acabar com privilégios, corrigir injustiças que vêm se arrastando por muitos e muitos anos. Tenho certeza, entretanto, que passada a emoção, todos vão reconhecer a importância



desta reforma para o futuro do nosso país e para o futuro dos nossos filhos e netos. Foi preciso muitos dias, muitas horas de intensa negociação, de ajustes, de debates, de idas e vindas. Mas democracia é assim mesmo. E é importante que todos compreendam isso.

A aprovação da reforma da Previdência, da forma como foi construída, é uma clara demonstração de um estilo de governo. Um governo que sabe o que quer e que é determinado na busca de seus objetivos. Mas que não se sente dono da verdade, e não tem medo de ouvir e de construir acordos. Um governo que, por isso mesmo, antes das decisões importantes, vai sempre sentar à mesa com empresários, trabalhadores, sindicatos, políticos da esquerda e da direita, e negociar, negociar exaustivamente, em busca da melhor solução

Reforma agrária: uma prioridade do governo

As desigualdades sociais e as injustiças no Brasil são enormes e muito antigas, todos nós sabemos disso. E essa é uma das minhas principais preocupações. Mas é importante, é fundamental que todos entendam que existem regras e leis que precisam ser respeitadas. Uma reforma agrária organizada, justa e pacífica, é um dos meus maiores compromissos. Mas isso não se faz do dia para a noite. Até porque uma reforma agrária não significa apenas a terra para quem precisa. Significa também a assistência técnica, a estrada, o financiamento para plantar e para colher, a escola, a casa, e isso não se planeja e nem se faz, repito, da noite para o dia.

Neste momento, o governo, sem alarde, já tem adiantados estudos para o início da sua reforma agrária, que começará ainda este ano nas regiões onde ela é mais necessária e mais urgente.

Fui eleito para mudar o Brasil, mas não para mudar de qualquer jeito. Fui eleito para mudar para melhor e, sobretudo, para mudar em paz. E é isso que vou fazer.



Não permitirei o confronto e não compactuarei com nenhum tipo de ilegalidade. A lei será cumprida ao pé da letra.

Chamo a atenção dos sem-terra e também dos proprietários rurais: o Governo tem seu tempo e seu prazo, e a radicalização, nesse momento, não traz nenhum benefício a ninguém. Afinal, todos sabem que somos um governo comprometido com as mudanças e com a justiça social.

Retomada do crescimento, queda da inflação e redução dos juros

A retomada do crescimento econômico, o aumento da produção industrial, o crescimento das vendas do comércio são fundamentais para a geração de empregos. Mas para que isso acontecesse, e não existe outra forma, era preciso, antes, vencer a inflação que disparava no final do ano passado. E isso nós já fizemos. Depois, era preciso que os juros começassem a baixar. E isso já está acontecendo.

Agora, vejam, não vou enganar vocês: não existe mágica. Ou começamos a entender que para fazer as coisas direito, e bem feitas, é preciso um pouco mais de tempo, ou o Brasil vai viver eternamente de improviso em improviso, de sobressalto em sobressalto. Planos econômicos mágicos não funcionam. Essa lição o passado já nos mostrou de forma muito clara e muito dura. Durante um tempo parece que tudo foi resolvido. Mas logo depois, tudo volta a desabar. E a classe média e o povo pobre, sempre, são as maiores vítimas dessas aventuras.

Chega de sobressalto! Vamos resolver os nossos problemas com calma e com segurança, para resolver de uma vez. O pior já passou, meus amigos, posso garantir isso a vocês. Estamos no caminho certo. E tenham certeza, as boas notícias já estão começando a chegar.

Agronegócio e agricultura familiar: 32 bilhões e meio para este ano



A agricultura e a pecuária, em toda a sua extensão, são fundamentais para o nosso país. Somos o maior produtor de suco de laranja, café e de cana-de-açúcar do planeta e o segundo maior em soja, carne bovina e carne de frango. Muito já se fez nessa área, justiça seja feita. Mas nunca tanto como estamos fazendo nesse momento. Destinamos para a agricultura empresarial nada menos do que 27 bilhões de reais. E para a agricultura familiar, nada menos do que 5 bilhões e 400 milhões de reais. Nunca na nossa história um governo destinou tanto dinheiro, e dinheiro barato, para o pequeno produtor da agricultura familiar.

A agricultura familiar, para quem não sabe, produz a grande maioria dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro. E ainda por cima é a que mais gera empregos, sendo responsável por 8 de cada 10 empregos no campo. Investir na agricultura é certeza de retorno imediato. E é disso que o Brasil precisa.

Sete meses de governo

Nesses sete meses, meus amigos, entre outras coisas, controlamos a inflação, reduzimos o risco Brasil e recuperamos a imagem e a confiança do nosso país no exterior. Tudo isso está possibilitando a redução das taxas de juros, elemento fundamental para incentivar a retomada do crescimento econômico.

Visitamos 12 países, abrindo mercados para nossos produtos e estreitamos também nossas relações comerciais com parceiros importantes. Isso já significou um aumento de nossas exportações para a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul. Levamos o Fome Zero a todo o interior do Nordeste e às regiões mais pobres dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre e Mato Grosso do Sul. Lançamos o programa Primeiro Emprego. E um fato relevante: abrimos a Caixa Econômica Federal para milhares de brasileiros que nunca puderam ter uma conta no banco, e agora já têm.

Retomamos muitas obras paralisadas pelos governos anteriores, como, por exemplo, a duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo,



a duplicação da Régis Bittencourt, que liga São Paulo ao sul do país, e o término da ponte de Porto Alencastro, na divisa de Minas com o Mato Grosso do Sul.

Isso, e muito mais coisas, em apenas 7 meses. E ainda tem gente reclamando! Mas não há de ser nada. Ainda temos muito tempo pela frente e muita coisa a fazer. E tenham certeza: um a um, os grandes problemas brasileiros vão ser enfrentados. Sempre de maneira tranqüila, equilibrada, serena e democrática. E sempre também, de maneira firme e decidida. Afinal, foi para isso que vocês me elegeram Presidente do Brasil.

Obrigado e boa noite.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre Brasil e Paraguai

Foz do Iguaçu – PR, 16 de agosto de 2003

Excelentíssimo senhor Nicanor Duarte Frutos, presidente da República do Paraguai, e sua senhora Glória,

Meu caro companheiro e amigo, Lúcio Gutierrez, presidente da República do Equador,

Minha companheira Marisa,

Meus companheiros e companheiras ministros e ministras do Brasil,

Excelentíssimos ministros e ministras do Paraguai,

Deputados,

Prefeitos,

Meu querido Vice-Governador,

Conselheiros de Itaipu, paraguaios e brasileiros,

Minhas senhoras e meus senhores,

Meu caro Samek e meu caro Ayala,

Confesso que fiquei preocupado, meu caro Nicanor. Não sei se o Presidente do Paraguai e o Presidente do Brasil devem estar felizes ou preocupados, porque o prestígio e a cumplicidade entre Samek e Ayala podem nos causar sérios problemas. Voltarei para Brasília pensando.

Visitar Itaipu é sempre um momento de muita emoção. E eu acabo de constatar que a sua dimensão, que sempre foi fundamental, está se agigantando ainda mais, com as duas novas turbinas.

Em companhia do presidente Nicanor Duarte Frutos, nosso querido irmão, Presidente do Paraguai, tive a oportunidade de observar a descida do estator de uma dessas unidades geradoras, que estarão completamente instaladas no próximo



ano.

Os números de Itaipu, que eu imaginei que o Samek e o Ayala fossem falar, são de uma dimensão gigantesca, e penso que causa inveja a qualquer país do mundo. As duas novas turbinas gerarão um aumento, na potência instalada, de 12.600 megawatts para 14.000 megawatts.

Hoje, Itaipu responde por cerca de 25% da energia elétrica gasta no Brasil, e aproximadamente 90% da consumida no Paraguai. Nós sabemos que a energia é garantia de desenvolvimento; sem ela, qualquer país do mundo será menos importante e menos desenvolvido.

Esses números são de grande importância para os nossos países, não somente devido à enorme geração de energia elétrica. Itaipu é também um modelo de engenharia política, econômica e diplomática, um modelo de relacionamento entre dois países que podem e devem ser tomados como referência para a integração da América do Sul e da América Latina. Nesse sentido, podemos dizer que Itaipu simboliza o embrião do Mercosul.

Em muitas ocasiões, tenho afirmado o compromisso do meu governo com o Mercosul e com o fortalecimento da integração política, econômica e cultural do Brasil com todos os países sul-americanos.

Integração tem que se materializar, inclusive por meio de uma rede de infraestrutura física, aproximando cada vez mais os nossos dois países. Este é, portanto, o momento que gostaria de reafirmar isso.

A integração, presidente Nicanor, presidente Lúcio Gutierrez, é muito discutida ao longo da história do nosso continente e eu sou, nesta reunião que estamos fazendo, o mais experiente dos Presidentes que estão aqui. Tenho sete meses de governo, Lúcio deve ter 6 meses de governo e você tem apenas um dia de governo, apenas um dia.

Possivelmente, em pouco tempo, todos nós tenhamos contribuído para a integração da América do Sul, mais do que muita gente que passou muitos anos no governo do Paraguai, do Equador, do Brasil e de outros países.



Porque, como disse muito bem o presidente Nicanor, há um novo clima no nosso continente, há um novo sonho no nosso continente, há uma realidade de que a América do Sul se encontre em si mesma, defina as suas prioridades e os seus projetos, e faça com que a integração da América do Sul deixe de ser um discurso em época de campanha política, de forma a fazermos a integração física real que o Brasil, o Paraguai e o Equador tanto precisam e tanto podem contribuir.

Mas para que haja integração é preciso, sobretudo, vontade política; que haja confiabilidade política entre os governantes dos países da América do Sul.

Houve um tempo em que todos os países da América do Sul entendiam que a solução dos seus problemas estava na sua relação com o chamado “mundo desenvolvido”. Ora a Europa, ora os Estados Unidos, ora o Japão. E é verdade que esses países contribuíram muito nas relações com a América do Sul. Mas é verdade, também, que enquanto nós ficamos apenas pensando nos irmãos ricos, nós deixamos de nos preocupar, muitas vezes, em fazer as lições mais elementares que deveríamos ter feito, como a de construir a infra-estrutura que pudesse garantir a integração objetiva do nosso continente.

E é por isso que, certamente, meu caro Nicanor, em um tempo desses eu voltarei a me encontrar com o Presidente do Paraguai, para que possamos inaugurar a segunda ponte, ligando o Paraguai ao Brasil.

Eu acredito que, muitas vezes, nós criamos as dificuldades antecipadamente. Muitas vezes, quando vamos discutir um projeto qualquer, já falamos que não podemos fazer tal coisa, porque custa muito dinheiro. Nós estamos numa outra época, em que temos que discutir não quanto custa fazer, mas quanto custa não fazer as obras necessárias de infra-estrutura e as políticas sociais que precisam ser feitas.

A nossa união e a nossa amizade, essenciais para a boa convivência entre os nossos povos, são também fundamentais para que possamos continuar negociando, cada vez com mais vigor e eficiência, com o resto do mundo. Por isso, eu não acredito que haja saída individual para qualquer país da América do Sul.



Ou nós pensamos enquanto um conjunto de países que compõem uma força política e um conjunto de interesses e, a partir daí, negociamos coletivamente com os países ricos ou, possivelmente, a América Latina continuará, por mais um século, pobre e sendo referência de onde milhões e milhões de pessoas não têm sequer o que comer.

E nós começamos a dar um sinal, agora. Essa assinatura, feita entre o nosso ministro da Educação e a ministra da Educação do Paraguai, para a criação da Bolsa-Escola e atendimento de 600 pessoas, é um exemplo importante. Esse outro protocolo assinado entre o Brasil e o Paraguai para um programa chamado “Pesca e Pescador” também é muito importante, e é apenas o começo de duas coisas que começamos a fazer. Nós ainda temos, presidente Nicanor, todo o tempo do mundo para fazer aquilo que nós sonhamos fazer entre Paraguai e Brasil.

Muitas vezes, os pessimistas diziam que o rio Paraná dividia o Brasil do Paraguai. E, hoje, nós temos que afirmar que Deus é mais sábio do que muitos de nós pensamos. É verdade que ele fez o rio, possivelmente para lavar a alma daqueles que exploraram tanto a nossa gente, mas é verdade também que ele nos ensinou a nadar para que o rio não fosse um obstáculo na integração entre Brasil e Paraguai.

Mas é verdade também que ele criou gente inteligente e competente, que foi capaz de, através de uma engenharia fantástica como esta que foi colocada aqui, mudar o discurso: o rio não divide o Paraguai e o Brasil, pelo contrário, o rio unificou Paraguai e Brasil de forma sólida e indestrutível.

Eu quero dizer ao meu amigo Nicanor Duarte, com a minha experiência de sete meses, que conheço um pouco, por leitura, por conversar com os meus amigos do Paraná e do Mato Grosso, a história política do Paraguai.

No dia seguinte à posse – porque quando nós governamos, o único dia que não tem problema é o dia da posse; está cheio de problemas para quem preparou a festa da posse, mas para nós que somos agraciados, não há problema – os nossos problemas começam. Nem tudo é tão maravilhoso como a gente imaginava que



fosse e, muitas vezes, a situação econômica é pior do que aquela que nós denunciávamos na campanha.

O que eu quero pedir, meu amigo, é que a esperança, a novidade política e o sonho que a sua eleição está depositando nas mentes e nos corações de milhões e milhões de paraguaios, lhe obriga, mesmo nos dias mais difíceis, a não perder a esperança de que você pode cumprir cada palavra que prometeu durante a campanha eleitoral.

Quando tiver muita dificuldade e precisar de um companheiro para discutir, para que possamos ver como ajudar, saiba que no meu governo, nós não temos nenhuma visão de relação hegemônica com nenhum país, nós queremos parceria e companheirismo.

Não é preciso todos os protocolos e todos os cerimoniais do mundo para que possamos conversar, quando um precisar do outro. Antes de sermos Presidentes do Paraguai ou do Brasil, antes de sermos de partido tal ou partido tal, antes de sermos paraguaios ou brasileiros, nós somos moradores de um planeta pequeno que precisa de muita solidariedade, de muita compreensão e muita fraternidade.

Quando precisarmos uns dos outros, vamos deixar de lado todo o protocolo e vamos nos tratar como companheiros, porque, quem sabe, possamos fazer muito mais pelo Paraguai e pelo Brasil.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio da retomada das obras da Rodovia Fernão Dias e da recuperação de seis mil quilômetros de rodovias federais em todo o país

Pouso Alegre – MG, 18 de agosto de 2003

Meu caro companheiro Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais,
Meu companheiro ministro dos Transportes, Anderson Adauto,
Meu companheiro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República,
senhor Luiz Dulci,

Meu companheiro secretário nacional de Direitos Humanos, companheiro
Nilmário Miranda,

Meu caro companheiro senador e líder do governo, Aloízio Mercadante,

Meu caro companheiro e senador Hélio Costa,

Meu caro prefeito de Pouso Alegre, Enéas Carine,

Excelentíssimo dom Ricardo Pedro Chaves Filho, arcebispo metropolitano de
Pouso Alegre,

Meus companheiros deputados estaduais,

Deputados federais,

Prefeitos e prefeitas do estado de Minas Gerais e, principalmente, do sul de
Minas Gerais,

Na verdade, quem devia estar no meu lugar era o companheiro José Alencar, ou estar junto comigo. Acontece que, por uma questão de segurança de Estado, nós temos que estar sempre separados. Mas eu fico imaginando a alegria que ele teria, neste momento, se estivesse aqui.

De qualquer forma, o companheiro José Alencar, que foi uma das figuras que mais lutaram pela construção dessa rodovia, sabe que eu o estarei representando, na medida do possível, junto aos companheiros do sul de Minas.



Por que somente agora nós tomamos a decisão de vir aqui, anunciar a retomada das obras, e não no começo do mandato? Nós só tomamos agora a decisão de terminar a Fernão Dias, porque nós só poderíamos vir aqui, anunciar, quando tivéssemos a certeza de que, quando as máquinas começarem a trabalhar, elas só irão parar quando a obra estiver terminada.

Não tem nada mais prejudicial a uma cidade, a um estado ou a uma nação do que as famosas obras que começam e nunca terminam. Há anos e anos, estradas, pontes, ferrovias, hidrovias, recuperações de rios são anunciadas na televisão. E, há anos e anos, a gente percebe que essas obras não são terminadas.

Eu, possivelmente, meu querido governador, tenha andado mais pela Fernão Dias do que muitos mineiros que não são do sul de Minas. Eu ia muito a Divinópolis, quando não era conhecido, ia muito a Varginha, a Monte Alegre do Sul e ia por Bragança Paulista; portanto, eu passava no famoso túnel da Fernão Dias e esperava horas. Eu vi muita gente morrer na Fernão Dias. Comigo mesmo aconteceu um acidente indo para Varginha, numa Brasília, com cinco companheiros, e ela capotou. A sorte é que não vinha nenhum caminhão, porque ela ficou com os “pneuzinhos” para cima.

Eu vi companheiros que jogaram bola comigo, em Monte Alegre do Sul e retornaram pela Fernão Dias e, no dia seguinte, nós fomos ao enterro dessa gente. E o último, agora, me parece que próximo da cidade de Campanha, foi o nosso querido companheiro dom Mauro Morelli, que está internado, até hoje, em São Paulo. Só por isso, essa obra precisava ser terminada, além do valor econômico que representa para o estado de Minas Gerais e além da integração que essa estrada faz no Brasil.

Eu dizia ao governador Aécio Neves que a Fernão Dias está para as rodovias brasileiras como o rio São Francisco está para a navegação do Nordeste. Poderíamos chamar a Fernão Dias de “São Francisco das rodovias brasileiras”, porque é uma estrada que faz a integração de Minas com o Brasil e do Brasil com o Mercosul. Portanto, é uma estrada que não tem explicação não ter sido terminada.



E todo mundo sabe que, quando se começa a fazer uma obra e a paralisa, quando se vai recomeçar sempre tem uma coisa a mais para fazer, que já conseguiu ser estragada.

Nós tomamos uma decisão, com os poucos recursos que temos, que a primeira coisa a fazer é recuperar as inúmeras rodovias brasileiras que estão totalmente deterioradas. Algumas têm mais buraco do que asfalto. Isso é muito grave, porque nós já gastamos o equivalente a 150 ou 160 bilhões de reais para fazer a nossa malha viária, ao longo do tempo. E, quando você faz uma malha viária dessa envergadura, a manutenção é tão importante quanto se fazer uma estrada nova. Às vezes, é até melhor não fazer uma nova, mas manter o que existe funcionando.

E o governador Aécio, embora seja jovem, tem muita experiência política. Ele sabe que isso acontece muito nas cidades brasileiras, nos governos dos Estados. Vira e mexe, você está vendo uma estrada, do lado, sem terminar, e o governo começa a fazer outra, o prefeito começa a fazer outra. Vira e mexe, você tem, em muitas cidades, um hospital que não está funcionando bem, mas o prefeito ou o governador, o Presidente da República começa a fazer outro, apenas com o objetivo de deixar a sua marca: “A obra começou com tal pessoa, não vale. O que vale é a minha obra.”

Enquanto a classe política pensar pequeno e agir dessa forma, porque não age com o dinheiro do bolso, o país vai ficando para trás, o país vai perdendo competitividade, o país deixa de andar.

Então, nós decidimos que duas obras eram importantes, depois da recuperação das estradas. Eram a Fernão Dias e a Régis Bittencourt. Essas duas estradas são extremamente importantes, pelo que representam economicamente, do ponto de vista do escoamento da nossa produção, mas também do ponto de vista da importância da economia, até com relação ao turismo.

Certamente – e não digo isso agora, dizia antes – o sul de Minas é uma região abençoada por Deus. E fico imaginando quantos turistas do Brasil virão



passar no sul de Minas Gerais quando essa estrada estiver duplicada, quanta gente virá comprar aqui um queijinho mineiro e uma goiabada, para fazer a sua sobremesa. E isso, obviamente, vai contribuir para ajudar na geração de empregos e na geração de riquezas do nosso país.

E a Régis Bittencourt, a mesma coisa. Nós temos, de Florianópolis, em Santa Catarina, até Osório, no Rio Grande do Sul, um trecho que custa muito caro. Mas muito mais caro vai custar a gente não decidir fazer aquele trecho, porque só a quantidade de argentinos que vêm, por ano, fazer turismo no Brasil, em alguns anos pagará os investimentos que fizermos.

É importante ter em conta que quem decide fazer trezentas obras não faz nenhuma. Estamos entregando ao Congresso Nacional – e os deputados e senadores terão a oportunidade de perceber – o Plano Plurianual. Poderíamos fazer como sempre foi feito no Brasil: contratam-se boas consultorias – e o Brasil tem muitas consultorias – e a consultoria faz o projeto que você quiser encomendar.

Consultoria, governador, é como parecer de advogado. Você pede um parecer para um advogado, nenhum advogado dá um parecer contrário a quem o contratou. Então, consultoria é isso. Ou seja, você pode pensar 800 obras, 900 obras, mas o dado concreto é que nós resolvemos mudar um pouco a lógica disso e fizemos 27 seminários, nos 27 estados da Federação. O que pensam os governadores dos Estados? O que que pensam os secretários de Infra-Estrutura? O que que pensam os prefeitos das principais cidades? Quais as obras que são prioritárias para aquele estado? É o Presidente da República quem determina ou é o próprio estado que tem que determinar?

Com base nisso, estamos definindo o nosso Plano Plurianual. Vamos fazer uma última revisão amanhã e vamos dar entrada no Congresso Nacional. Possivelmente, também, com a assinatura de todos os governadores, porque eu quero que os governadores sejam meus cúmplices nas coisas boas que eu vou fazer, porque coisas ruins eu não vou fazer. Então, eu quero que eles sejam cúmplices nas coisas boas.



E, aí, nós temos que definir. Se não temos dinheiro para fazer dez obras, nós temos que definir cinco. Mas temos que definir cinco, anunciar, começar e acabar.

Por exemplo, eu dizia ao Governador, agora há pouco: eu, esses dias, me debrucei – numa reunião com o Ministério das Cidades – para discutir o Plurianual sobre quatro grandes capitais brasileiras com metrô parados. Belo Horizonte tem um metrô num estágio avançado, paralisado. Recife tem um metrô em estágio avançado, paralisado. Salvador tem um metrô em estágio avançado, paralisado. E Fortaleza tem um metrô em estágio avançado, paralisado.

Cada um deles vai custar, no mínimo, 100 milhões para terminar. Cada um deles. Ora, se nós não temos dinheiro para fazer os quatro de uma vez, ao invés de ficarmos tentando agradar os governadores dando, a cada ano, 10 ou 15 milhões para colocar um tijolo a mais naquele metrô, é melhor escolher uma cidade, um metrô e acabar. Termina um. Pelo menos diz: “Olha, está terminado um metrô.”

E eu estou dizendo isso, Aécio, porque eu acho que o metrô de Belo Horizonte é o que está no estágio mais avançado, e acho que nós vamos ter que definir o pouco que temos, dar um jeito naquele metrô. Porque, se a gente não colocá-lo para funcionar, o que está pronto vai estragar. E, aí, teremos que refazer.

Então, nós vamos, com esse projeto, com esse Plano Plurianual, definir, claramente, a questão das rodovias. Depois, vamos definir a questão das ferrovias. Depois, vamos discutir a questão das hidrovias, a questão da energia elétrica e, aí, a questão do saneamento básico e habitação popular.

E vamos definir o que o Estado pode fazer. Quais são as obras que o governo federal pode fazer, com o recurso orçamentário? Quais são as obras que o BNDES pode financiar à iniciativa privada? Quais são as obras que o governo pode fazer, em parceria com os empresários nacionais? Depois, quais as obras em parcerias com as empresas multinacionais? E, por último, quais as obras que vamos oferecer para os empresários fazerem 100% delas?

E essa definição vai exigir o quê, de nós? Que a gente tenha, em primeiro lugar, um bom projeto. Porque é o bom projeto que arruma dinheiro, não é o dinheiro



que arruma projeto. Muitas vezes, dinheiro demais, sem projeto, arruma “trambicagem”, gente inventa obra, gente inventa estrada, gente inventa pontes.

Então, nós queremos, com esses projetos bem feitos, bem calculados, bem desenhados e bem discutidos, chamar os empresários e dizer: “Olhem, está aqui o projeto. Queremos saber se têm interesse. O governo está disposto a ser parceiro. Ou se tiverem interesse em fazer tudo, podem fazer, vamos discutir o marco regulatório.” O que não pode é o país ficar parado.

Vejam uma coisa: eu duvido que, no Brasil, tenha uma única capital brasileira que possa, hoje, resolver o problema do saneamento básico. Eu duvido. Fazer asfalto, água potável, colher o esgoto, tratar o esgoto e devolvê-lo como água boa. Eu duvido que alguma cidade de porte médio ou uma capital possa fazê-lo.

Então, nós precisamos ter consciência de que, se não temos dinheiro para fazer, temos que ter a sabedoria de chamar a iniciativa privada e desafiá-la a fazer o que o Estado não tem dinheiro para fazer. E, durante, quem sabe, 20 ou 20 e poucos anos, dependendo do acordo, ele vai receber por aquilo que fez.

Não temos o direito de ficar discutindo se isso é da responsabilidade do Estado e deixar o povo pisando em esgoto a céu aberto mais 20 anos ou deixando o povo beber água sem ser tratada por mais 15 ou 20 anos. A nossa responsabilidade é fazer. E vamos fazer.

Digo todo santo dia que só tenho quatro anos – agora, só tenho três anos e poucos meses – e a gente não tem tempo a perder. Vamos ter que fazer mais rápido do que os outros fizeram e vamos ter que demonstrar mais competência do que os outros demonstraram, porque tem uma coisa: não dá para a gente ficar chorando que não tem dinheiro. Temos que colocar a nossa criatividade para funcionar. Temos que procurar outros meios, porque, se a economia brasileira não voltar a crescer, nós nunca vamos ter o dinheiro que precisamos. E também governar com muito dinheiro é muito fácil.

Eu falo sempre assim: se o Brasil tivesse tudo maravilhoso, se todos os estados tivessem dinheiro, se todas as prefeituras tivessem muito dinheiro, se o



governo federal estivesse nadando em dinheiro, não seria eu o Presidente da República. Eu só estou Presidente da República porque o país chegou a um fundo do poço tão grande que o povo pensou: “Vamos colocar um peão, para ver se ele consegue resolver esse negócio”. Não foi por outra razão. E isso tem sido extraordinário, porque, quando a gente tem mais responsabilidade, a gente também pensa e conta até 10 cada vez que vai tomar uma decisão.

É por isso que nunca perguntei a que partido pertence Aécio Neves. Ele pode pertencer ao partido que ele quiser. O que eu quero é que tenhamos uma relação, como estamos tendo, muito menos preocupados com o que vai acontecer em 2006, ou, agora, em 2004, na disputa eleitoral, porque, em algum momento, nós, Presidente da República e governadores, estamos sendo provocados pela sociedade brasileira para pensarmos um pouquinho menos na gente e um pouco mais no povo brasileiro, e nos unirmos em torno dos grandes projetos deste país.

Não há, da minha parte, eu diria, nada que não me faça agradecer o comportamento que os governadores tiveram comigo até agora. Aliás, acho que até na política tributária é um direito dos governadores brigarem para que se mude alguma coisa. Eu disse, ontem, no “Fantástico”: o projeto que vai para votação é o projeto que eu e os governadores assinamos. Se vai sofrer mudança, ele vai sofrer mudança no processo, como sofreu a Previdência Social. Afinal de contas, o Congresso Nacional é uma Casa de negociação.

Se não fosse assim, seria autoritarismo o Presidente mandar um projeto e ninguém poder mexer. Nós queremos que mexam. A única coisa que nós queremos é que a razão pela qual estamos fazendo a reforma tributária seja intocável, ou seja, diminuir a carga tributária para o setor produtivo brasileiro, para as exportações, para que possamos dinamizar a economia brasileira.

Quero terminar dizendo ao povo de Minas Gerais, ao povo de Pouso Alegre e ao povo deste recanto fantástico do Brasil, que é o sul de Minas Gerais, que, se Deus quiser, em meados do próximo ano nós viremos aqui inaugurar definitivamente a Fernão Dias, para que possamos, então, nos preocupar com outra grande estrada



deste país.

Muito obrigado, meus companheiros e companheiras. E boa sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de recriação da SUDAM**

Belém – PA, 21 de agosto de 2003

Senhor governador Simão Jatene, governador do estado do Pará,
Meu caro José Reinaldo, governador do estado do Maranhão,
Meu caro Blairo Maggi, governador do estado do Mato Grosso,
Meu caro Eduardo Braga, governador do estado do Amazonas,
Meu caro Jorge Viana, governador do estado do Acre,
Meu caro Ivo Cassol, governador do estado de Rondônia,
Meu caro Marcelo Miranda, governador do estado de Tocantins,
Meu caro Waldir Góes, governador do estado do Amapá,
Meu caro Flamarion Portella, governador do estado de Roraima – eu
faço questão de frisar “Rorãima”, porque as pessoas costumam falar
“Roraima”,

Senhores ministros,

Meu caro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu caro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento,

Minha companheira Marina Silva, ministra do Meio Ambiente,

Meu companheiro Luiz Soares Dulci, secretário-geral da Presidência da
República,

Meu caro Dom Vicente Zico, arcebispo metropolitano de Belém,

Minha querida senadora Ana Júlia, em nome de quem eu quero
cumprimentar todos os senadores de todos os estados, aqui presentes,

Meus caros companheiros deputados federais,

Deputados estaduais,

Meu caro Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém,



Prefeitos aqui presentes,
Vereadores,
Empresários,
Trabalhadores,
Meus amigos e minhas amigas,
Autoridades militares aqui presentes,

Eu quero começar dizendo para vocês alguns compromissos que assumi, um pouco antes da campanha. Durante a campanha, no primeiro debate promovido pela Confederação Nacional das Indústrias, eu assumi o compromisso – e isso está colocado no meu programa – que nós iríamos debater a Previdência Social, no primeiro semestre de 2003 e iríamos enviá-la para votação no segundo semestre. O mesmo fiz com a reforma tributária.

O que aconteceu é que no dia 30 de abril, dois meses antes de terminar o primeiro semestre, nós demos entrada no Congresso Nacional, com a presença dos 27 governadores, da proposta de Previdência Social e da proposta de política tributária.

O mais importante é que, em apenas três meses e meio, nós votamos a reforma da Previdência Social, coisa que alguns tentaram durante 20 anos e não conseguiram. E não conseguiram, não porque não tivessem competência; não conseguiram, não porque não tivessem deputados valorosos; não conseguiram, porque, para aprovar determinadas coisas no Congresso Nacional, é preciso ter paciência para conversar, dialogar, e gostar de fazer política.

Muitas vezes, pessoas são guindadas ao cargo de Presidente da República e passam a pensar que não precisam de mais ninguém, que apenas o governo e o seu Ministério podem fazer o que bem entendem, neste país.

Eu, como aprendi a fazer política muito sofrida, muito dura e apanhei muito, na vida, aprendi que uma boa conversa é insubstituível, para aprovar



uma boa causa. Aprovamos a política da Previdência Social e vamos aprovar a política tributária.

É importante ter em conta que a proposta de política tributária enviada ao Congresso Nacional não é uma proposta de política tributária do Presidente da República. Ela está assinada por mim e pelos 27 governadores de Estado. Obviamente, que o fato de o Presidente da República e os 27 governadores terem assinado uma proposta não significa que não tenha nada a ser corrigido. Tem. Até porque o processo é dinâmico. O Brasil é muito diferente. De região para região, existem diferenças enormes. Nós temos regiões que já estão para entrar na quarta revolução industrial e algumas que não chegaram à primeira, ainda. Temos regiões onde as pessoas já aprenderam a pagar impostos e outras onde as pessoas não aprenderam ainda. Temos regiões em que o desenvolvimento é muito dinâmico e noutras ainda não é. Então, temos consciência de que ainda tem coisas para serem acordadas no Congresso Nacional.

É muito importante termos claro que não será através da reforma tributária que iremos resolver todos os problemas financeiros dos estados, causados por anos e anos de desmandos neste país. É importante termos em conta que a justa distribuição de riqueza e da fatia do bolo virá de forma muito mais justa quando a economia brasileira voltar a crescer.

E vocês que estão aqui presentes, estou vendo, pela fisionomia, que todos parecem muito inteligentes para saber o jeito que eu peguei este país no dia 1º de janeiro de 2003. É importante ter claro que estamos contando não apenas com a competência de muita gente, com a vontade de muita gente, mas também, eu diria, com a ajuda de Deus, para evitarmos que a inflação volte a 40% e para mantê-la a 7%, como estamos mantendo.

E sei que ainda tem muita coisa para fazer. Quando reuni os governadores – e aqui também tem ex-governadores – é porque eu tinha clareza de que, se nós discutíssemos apenas com os secretários de Fazenda,



não teria acordo tributário no país. E por que não teria acordo tributário no Brasil? Porque é justo e é normal que cada secretário de Fazenda queira puxar para o seu estado tudo que ele puder puxar, sem abrir mão de absolutamente nada. Então, era preciso tomar uma decisão política. E, ao tomar a decisão política, caberia a nós, dirigentes políticos – governadores e Presidente da República – fazer com que os nossos técnicos cumprissem as nossas decisões. Mesmo assim, sei que as coisas não são tão automáticas e tão fáceis.

É por isso que duvido que na História deste país tenha havido algum governo que tenha tido a disposição de dialogar com todos os segmentos da sociedade. Eu nunca perguntei de que partido uma pessoa é, a que religião ela pertence ou para que time ela torce, para que eu e os meus ministros atendamos às pessoas. A maior demonstração disso é que tenho alguns ministros no meu governo a quem nunca perguntei a que partido pertencem. Eu os chamei para trabalhar pela simples competência profissional e pelo que eles representam para os setores em que eles se colocam como ministros.

E aqui tem um ministro, que é o companheiro Roberto Rodrigues, que nunca perguntei se ele é filiado ao PFL, ao PT, ao PTB, ao PMDB. Sei que ele é ligado a um tal de partido ruralista, porque nunca vi ninguém ter tanta liderança junto aos empresários da área rural como tem o companheiro Roberto Rodrigues. Como também nunca perguntei ao companheiro Luiz Furlan, que é o representante da indústria e do desenvolvimento no país. Não perguntei porque o que eu queria não era um representante político. Eu queria um empresário que tivesse competência de fazer as negociações.

Não houve quem não me falasse: “olhe, na hora de você escolher os comandantes militares, escolha alguns amigos”. Eu, mais do que amigos, quero profissionalismo e escolhi aqueles que estavam em primeiro lugar na fila para serem os comandantes das Forças Armadas brasileiras.

Então, acho que não há nenhum tipo de problema que não tenha um



espaço para discussão neste governo. Haverá vontade para discutir tudo que for possível ser discutido.

Agora, a verdade nua e crua é que o país não podia continuar com a guerra fiscal alucinada e maluca, como vinha acontecendo. Não era possível estados oferecerem financiamentos para capital de giro durante 10 ou 15 anos. Não era possível que estados que não conseguem fazer uma casa para tirar um trabalhador da palafita, dessem terreno, infra-estrutura, luz, água e ainda 20 anos de isenção para determinadas empresas se implantarem.

Era preciso chamar a atenção para que, num país em que você tem um governo central que tenha estratégia de desenvolvimento e que disputa com os estados um modelo de desenvolvimento, não precisa ter guerra fiscal.

O governo federal haverá de ter sabedoria, e estamos fazendo isso no Plano Plurianual, fizemos 27 reuniões. Alguns de vocês, aqui, certamente, participaram. Ouvimos prefeitos, governadores, movimento sindical, deputados, vereadores. Foram 2.170 entidades que participaram, nos 27 estados, para que pudessemos discutir um modelo de desenvolvimento nacional, regional e setorial.

E fizemos mais ainda: fomos ao estado do Acre, fizemos uma reunião com todos os companheiros governadores dos estados da Amazônia, para que pudessemos começar a discutir um modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Num governo que não tem modelo de desenvolvimento, a guerra fiscal prevalece. Num governo que tem comando e que vai ter um modelo de desenvolvimento de acordo com o atendimento das necessidades regionais, não precisa de guerra fiscal.

E nós, se depender de mim, vamos acabar com a guerra fiscal e fazer este país ter uma política tributária justa, que desonere as exportações, que desonere a produção, que aumente a base de arrecadação para que estados, municípios e o governo federal tenham recursos, para que possamos fazer os investimentos mais equânimes, ajudando as regiões mais pobres deste país.



Não como foi feito, há pouco tempo atrás, quando, por conta de uma denúncia de corrupção ou, quem sabe, por conta de derrotar um adversário político, se acabou com a Sudam, quando se deveria ter mandado prender o corrupto que estava na Sudam, e não fechar a instituição.

Imaginem se o papa João Paulo II descobre que tem um padre roubando, se ele vai mandar fechar todas as igrejas. Fica mais barato e mais fácil afastar o padre e colocar um honesto para dirigir a igreja.

Numa instituição é a mesma coisa. O que aconteceu com a Sudene? Sessenta por cento de todo o ICMS arrecadado no Nordeste brasileiro advêm de projetos feitos pela Sudene. A Sudene funcionou bem, quando trabalhava subordinada à orientação do seu fundador, Celso Furtado, em 1959, mas passou a virar corrupta, quando os homens que governavam este país perderam o respeito pela ética, perderam o respeito pelo povo, perderam o respeito pelo desenvolvimento estratégico deste país. Este país deixou de pensar estrategicamente, para pensar de quatro em quatro anos.

E, aqui, vamos fazer justiça, este país pensou grande em três momentos históricos: este país pensou com Getúlio Vargas; este país pensou com Juscelino e este país pensou com os militares, quando, com os planos decenais, pensavam este país para 10 anos, para 15 anos ou para 20 anos. De lá para cá, se passou a pensar o Brasil de eleição em eleição. E, aí, a mediocridade começou a tomar conta do país.

Pensar o país de eleição em eleição não leva a lugar nenhum. Normalmente, um governante pára a obra do outro, porque quer deixar a sua marca. Nós, lamentavelmente, ainda somos um país onde obras de saneamento básico não são feitas, porque não dá para colocar o nome de um parente numa manilha enterrada embaixo da terra. Por isso se prefere fazer um viaduto, porque lá dá para se homenagear um parente.

Este país mudou, a partir do dia 27 de outubro. Este país mudou. Nós temos que fazer as coisas consideradas mais importantes, pensando não



apenas no interesse econômico de um grupo, mas pensando nos interesses econômicos e sociais do conjunto da sociedade brasileira.

Hoje, todos nós estamos preocupados com o crescimento da violência no país. E todos nós achamos que basta um governador colocar a polícia na rua, que está resolvido o problema da segurança. O problema da segurança, hoje, é muito mais profundo. Não é apenas uma questão de polícia, porque se assim fosse, estaria resolvido o problema.

Hoje, nós temos um problema chamado degradação da estrutura da sociedade brasileira a partir da família, em função do crescimento da miséria, em função da péssima qualidade de moradia, em função da falta de oportunidade para milhões e milhões e milhões de pessoas.

E é esse o desafio que está colocado para todos que estão aqui à mesa, para mim e para vocês que estão aqui embaixo. Já não dá para governar este país como ele foi governado, pensando na próxima eleição. Temos que ter juízo, responsabilidade e respeito ético e pensar não na nossa eleição, mas numa nova geração que haveremos de criar neste país, se investirmos corretamente na educação, na saúde e na possibilidade de criação de empregos neste país.

Esse é um compromisso que eu não abro mão. Durante muito tempo, se abriu mão, aqui no Brasil, de coisas que não se deveria ter aberto mão. Fui inaugurar uma escola, em São Paulo, e me disseram assim: “Presidente, o senhor sabia que 52% das crianças que estão na quinta série não sabem ler? Quando lêem, não entendem o que lêem? E você sabia que 59% das crianças da quarta série não aprenderam ainda a fazer as quatro operações?” Eu fiquei pensando: mas que país nós estamos criando? Ou seja, nós optamos pela quantidade; o que vale é quantidade. Nós temos que mostrar estatística, então, temos que dizer para todo mundo ‘estão todas as crianças na escola’, sem nos preocuparmos com a qualidade de ensino que essa criança está tendo na escola, sem nos preocuparmos com o salário que o professor está recebendo.



É preciso que nós comecemos a mudar o jeito de agir, para podermos acreditar que vamos construir uma nação mais justa.

E quando falo isso, falo sem me eximir de responsabilidade. Certamente, todos nós, a começar por mim, temos um pouco de responsabilidade. Acho que é preciso a gente começar a fazer uma reflexão do que aconteceu no século passado, para que possamos começar, a partir do começo de um novo século, a pensar o que nós queremos que as futuras gerações, quando estiverem no ano 2103, falem da nossa geração, falem de um presidente da República que governou este país, falem dos governadores que governaram este país, falem dos ministros e tantas outras autoridades.

Confesso a vocês uma coisa: não vou passar para a história deste país apenas porque no salão de honra do Palácio do Planalto vai ter uma fotografia do Presidente da República. Quero passar para a história deste país pela transformação que pudermos fazer (neste país), pelas mudanças que pudermos fazer neste país. E falo isso de cátedra, porque, se dependesse da União, não precisava mandar fazer reforma da Previdência Social. Eu mandei fazê-la, porque os estados brasileiros todos estavam falidos e muitos não poderiam mais pagar a Previdência Social dos funcionários, daqui a 5 ou 10 anos. Não pensei na minha próxima eleição. Eu pensei na oportunidade do meu neto, daqui a 30 anos ou 40 anos, se aposentar e ter garantido o direito de o Estado lhe pagar, porque o Estado terá dinheiro para pagar a sua aposentadoria.

Meus amigos e minhas amigas,

Nesses sete meses de governo, eu tinha assumido o compromisso, na campanha, que iríamos recuperar a indústria naval brasileira. E, hoje, é com muito orgulho que nós percebemos que aquilo que parecia impossível em dezembro do ano passado, quando falamos que as plataformas P-51 e P-52 não iam ser feitas no exterior e que iam ser feitas aqui – e que colocaram nota paga no jornal, dizendo que o Brasil não poderia fazer, porque os estaleiros



não tinham condições – eu, hoje, posso anunciar para vocês: a plataforma P-51, a P-52, 65% delas serão feitas nos estaleiros brasileiros, que têm condições de fazê-las.

Mais importante ainda: além da P-51, da P-52, vamos fazer a P-53, vamos fazer a P-54, além de 12 navios que a Petrobrás está encomendendo, para que possamos recuperar uma indústria naval que já foi muito competitiva e que, por desmandos de alguns, que imaginam que um país pode viver sem indústria e sem produção, nós quase que acabamos com ela.

Portanto, estejam tranquilos que a nossa indústria naval vai voltar a ser orgulho nacional. E, se Deus quiser, vamos ver navios com bandeiras brasileiras transportando produtos, para que não tenhamos o déficit de 8 bilhões de dólares, como estamos tendo, com a questão do transporte.

Uma outra coisa que nós assumimos compromisso foi com a questão da agricultura. Meu amigo Roberto Rodrigues dizia sempre assim: “Presidente, nós precisamos fazer uma coisa diferente do que sempre foi feito no Brasil. Nós precisamos liberar o dinheiro antes do plantio. As pessoas têm que ter acesso ao dinheiro antes do tempo de plantar.”

E foi com isso que nós demos 32 bilhões de reais para a agricultura brasileira, dos quais 27 para a agricultura empresarial e 5,4 bilhões para a agricultura familiar. Talvez a maior quantia de dinheiro que foi dada, nos últimos anos, para a agricultura, porque queremos fazer a maior colheita deste país.

E, por último, quero dizer a vocês que nós desobstruímos todos os obstáculos que havia, no Banco Central, com respeito a cooperativas. Hoje, no Brasil inteiro, quem quiser se organizar em cooperativas tem condições de criá-las em quase todas as cidades com até 100 mil habitantes e nas cidades maiores.

E por que estamos fazendo isso? Porque, junto com as cooperativas, estamos criando linhas de crédito, através do Banco do Brasil, através da



Caixa Econômica Federal, para os microempresários; são microcréditos, e, inclusive, há crédito da Caixa Econômica Federal de 200 a 600 reais, para incentivarmos o consumo neste país. Ao invés de uma pessoa pagar, numa loja 160% de juros ao ano, para comprar uma coisa em 24 meses, ela vai tomar o dinheiro emprestado do banco, comprar a dinheiro, e pagar 2% ao mês.

E vamos fazer mais ainda, porque tem mais coisas para se fazer, neste país. Não com a pressa que eu gostaria. Mas eu também acho que a pressa, muitas vezes, é inimiga da perfeição. Estou convencido. Hoje estamos aqui, para dizer a vocês, que a nova Sudam vai voltar a funcionar e a região Norte do país vai ter, na Sudam, uma grande instituição de pensamento de projetos. Quero dizer a vocês que anunciamos, no Ceará, a Sudene, e agora a Sudam. E vamos anunciar muitas outras coisas neste período, porque acho que o Brasil está entrando num momento excepcional, em que ele vai começar a crescer.

Acho que a inflação está controlada, os juros começaram a cair. Antes era mais lento do que alguns pensavam, a partir de ontem já foi mais rápido do que algumas pessoas queriam. Mas nós temos segurança do que estamos fazendo, e vamos fazer. Cada passo será pensado da forma mais metódica possível, porque nós temos consciência de que o Brasil não pode mais entrar numa aventura.

Sabem aqueles planos econômicos que alguém anuncia na televisão e, três meses depois, está todo mundo devendo, por conta daquele plano econômico? Vocês já viveram isso. Em 1989, muita gente não votou em mim porque eu ia tomar a poupança do povo. O que ganhou não só tomou, como roubou.

Nós vamos fazer as coisas devagar, com paciência. Vejam, por exemplo, o Ciro. Vejam como está com uma cara mais tranqüila, mais madura, deixando a barba crescer, o cabelo está ficando branco. Eu acho que todos nós



estamos conscientes da tarefa que estamos jogando, num momento de fragilidade do nosso país.

E é por isso que vim aqui, hoje, fazer o discurso da Sudam, e vou fazer, meu caro Jatene.

Nós sabemos que um projeto sério de Nação, para ter viabilidade, precisa levar em conta as realidades regionais. Muita coisa já se fez neste país ignorando essa premissa. Os resultados estão aí – e têm causado muita decepção.

Nesse sentido, a criação da nova Sudam – a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – representa um marco que vai corrigir esse processo. Nosso Governo vai enfrentar com ousadia e humildade o gigantesco desafio de reconciliar o progresso e a natureza num cenário monumental. A nossa Amazônia reúne 1/3 da floresta tropical do planeta; 61% do território nacional; 21 milhões de brasileiros e brasileiras; quase 30% das formas possíveis de vida na Terra e, praticamente, 6,5% da água disponível no planeta. Tudo isso – e mais um elenco de riquezas minerais e uma imensa fonte de princípios ativos de inestimável interesse para o presente e para o futuro da humanidade.

O planejamento estratégico requerido, para aproveitar adequadamente esse patrimônio, se expressa num Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, que está sendo produzido no âmbito do PPA, o Plano Plurianual do governo para 2004-2007.

Nosso Governo está convencido de que negligenciar a diversidade regional é um erro tão grave quanto ignorar as forças sociais e políticas que a expressam.

A recriação da Sudam – em bases profundamente distintas – reflete essa convicção de que a única via eficaz e legítima para o desenvolvimento é o planejamento democrático de curto, médio e longo prazos. Essa trajetória começou a ser percorrida em maio deste ano, no Acre, no encontro de Rio



Branco, onde reunimos todos os governadores da região Norte e ministros de meu Governo.

Ali, anunciamos nosso propósito de construir uma política nacional de desenvolvimento regional para o Brasil, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, da qual a Sudam e a Sudene seriam os braços articuladores nas regiões Norte e Nordeste. Vale dizer, duas ferramentas tradutoras da dinâmica regional no âmbito federal – e vice-versa.

Portanto, o que estamos fazendo hoje – como o que fizemos em 28 de julho último, em Fortaleza –, é a retomada do planejamento nacional do desenvolvimento regional e da gestão compartilhada do território brasileiro.

Trata-se de uma mudança profunda no método e na ação de Governo. Pela primeira vez, estamos pensando o planejamento estratégico brasileiro, a partir da voz da sociedade organizada nas distintas regiões do país, como foi feito nos 27 Fóruns de Participação Social do PPA.

É uma parceria que se renova e se amplia, com empresários, trabalhadores, comunidade científica, igrejas, organizações não-governamentais – com toda a sociedade civil amazônica em sua rica diversidade. Muito diferente do que prevaleceu nos últimos anos. Uma fragmentação acentuada do território, da economia e da sociedade – que priorizava ilhas de prosperidade conectadas ao mundo rico –, mas deixava o país como um todo cada vez mais desigual, inseguro e vulnerável.

O Brasil tem desigualdades sociais e disparidades regionais – e em algumas áreas do nosso território esses dois problemas se somam, se acumulam. Nos Estados Unidos, o estado mais desenvolvido da Federação é apenas uma vez e meia mais rico que o menos desenvolvido. Entre os países da Europa essa diferença é da ordem de duas vezes e meia. No Brasil, tal distância é superior a nove vezes.

É indispensável, portanto, recuperar a dimensão social e espacial do desenvolvimento, superando, inclusive, a guerra fiscal desagregadora, no



âmbito da reforma tributária. A corrupção era inerente a um modelo desprovido de qualquer racionalidade pública, avesso à negociação democrática e refratário à fiscalização da sociedade.

Infelizmente, em vez de corrigir distorções e reconstruir a Sudam, escolheu-se o caminho prejudicial da liquidação de uma ferramenta pública. E, se havia desvios e corrupção, que se responsabilizasse e punisse os culpados, mas se resguardasse e saneasse a instituição.

A filosofia da nova Sudam, portanto, a exemplo do que ocorre com o Basa, aponta no sentido oposto e se traduz numa estrutura condizente. Ela democratiza as decisões e privilegia a transparência, evitando a superposição de atribuições e de poderes. Nós temos sido enfáticos em afirmar que as desigualdades regionais são um obstáculo ao desenvolvimento harmônico do nosso país. E igualmente firmes ao proclamar que a diversidade é um grande trunfo a favor do Brasil.

O que o nosso país precisa é descentralizar e democratizar as oportunidades de crescimento para todas as regiões. Para isso, nossas políticas se estruturaram em cinco grandes eixos: o ordenamento territorial e ambiental; a ênfase na tecnologia de manejo; a geração de emprego e a inclusão social; o investimento em infra-estrutura via parcerias público-privadas; e o incentivo a grandes projetos de interesse regional e nacional, ambientalmente sustentáveis.

Fica claro que a variável ambiental, querida Marina, inclui-se aí como um elemento qualificador do desenvolvimento, assim como a justiça social. Estamos convencidos de que o falso dilema entre a ocupação predatória e o preservacionismo imobilizador pode ser superado por meio da pesquisa, da tecnologia e da negociação social e política.

A diversidade regional, portanto, é uma oportunidade, não um problema. Ignorá-la seria desperdiçar um dos principais ativos de um país continental como o nosso. Temos massa crítica para selecionar e multiplicar experiências



bem sucedidas de manejo sustentável. Temos também um rastro de imprevidência e desperdício que nos indica o que não deve ser repetido.

As limitações de recursos não justificam a persistência predatória. Até porque se fizermos um balanço das últimas décadas vamos constatar que a Amazônia recebeu muitas vezes um volume expressivo de dinheiro público aplicado, muitas vezes, em projetos discutíveis. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que consta da proposta da reforma tributária do governo, deve funcionar como instrumento indutor – ao lado de marcos regulatórios consistentes – para atrair, também, os capitais privados indispensáveis a um novo modelo de desenvolvimento regional.

Não há no mundo nenhum lugar que tenha tanta riqueza viva e equilibrada ecologicamente como existe aqui na Amazônia. A eficiência dessa usina natural não pode, portanto, ser subestimada. Em vez de medir forças com ela – numa relação competitiva e devastadora –, é melhor nos aliarmos criativamente ao seu metabolismo. A indústria, o comércio, o turismo, o agronegócio, a agricultura familiar, as atividades artesanais – tudo isso pode e deve se expandir na Amazônia, ganhando escala e competitividade, de modo ambientalmente sustentável.

O desenvolvimento econômico e social – gerando emprego e condições mais dignas de vida – certamente é a melhor maneira de consolidarmos a nossa soberania na Amazônia. Vamos construir no século XXI aquilo que os países desenvolvidos não fizeram ao longo de sua História – e que Chico Mendes pagou com a vida por ter enxergado de forma visionária e pioneira –: a reconciliação possível do progresso com o meio ambiente e do ser humano com a natureza.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia

Benevides-PA, 21 de agosto de 2003

Se o companheiro tivesse só mais 15 segundos de paciência, eu iria começar citando o nosso prefeito Luis Sólon, prefeito de Benevides, que está aqui presente. A pressa é inimiga da perfeição.

Quero cumprimentar o nosso governador Simão Jatene, governador do estado do Pará,

Meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Minha companheira Marina Silva, ministra do Meio Ambiente,

Meu companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu companheiro Luiz Soares Dulci, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República,

O governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga,

O governador do estado do Acre, Jorge Viana,

Quero cumprimentar os deputados e as deputadas, senadores e senadoras e os deputados estaduais que estão aqui presentes,

Quero cumprimentar os prefeitos, que eu sei que tem alguns aqui presentes,

Quero cumprimentar essa gente que está de branco aí, de chapeuzinho, que, na verdade, é quem trabalha para essa cooperativa ir para a frente e que merece todo o nosso respeito.

Quero cumprimentar todos os dirigentes da cooperativa, em especial eu queria que os companheiros da mesa se sentissem como se eu tivesse citado o seu nome, em nome do meu companheiro Avelino Ganzer. E eu cito o Avelino, em especial, porque nós temos uma longa trajetória de lutas por esse



país afora. E fico feliz que o Avelino esteja coordenando uma cooperativa de agricultura familiar, junto com o companheiro Antônio.

Quero cumprimentar os companheiros da ICCO, com a companheira representante da ICCO, o companheiro Lorenzetti,

O Sebrae, que está aqui representado pelo seu diretor administrativo, conhecido mais popularmente como tesoureiro, que precisa fiscalizar se o Sebrae vai colocar alguma coisa aqui, porque senão eu cobro dele.

Meu caro Roger,

Demais companheiros,

Eu adquiri o hábito, depois de eleito Presidente da República, de fazer o discurso como foi escrito, que é uma forma de controlar o tempo, porque eu vou ficando emocionado e vou contando caso. E a agenda do Presidente não permite que eu tenha a flexibilidade que eu tinha antes de ser Presidente da República. Mas eu quero dizer uma coisa para vocês, antes de ler o meu discurso. Possivelmente nem todo mundo tem ainda a dimensão do significado desse ato de hoje, e muito menos, do significado da revolução cultural que vocês estão fazendo aqui, na cidade de Benevides, no estado do Pará e em muitas outras cidades onde os produtores rurais e suas famílias trabalham para produzir a matéria-prima que vocês utilizam aqui.

Cooperativa, governador Jatene – embora tenha sido uma das razões pelas quais alguns estados do sul do país se desenvolveram mais rapidamente que outras partes do Brasil, notadamente o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, já menos no estado do Paraná, menos em São Paulo, mas ainda com algumas cooperativas –, o que me fascina é que cooperativa é uma coisa que nasce dentro da gente; toda vez que começamos a fazer alguma coisa na vida, a gente, em algum momento, descobre que “a união faz a força”.

Todo mundo sabe disso, todo mundo também sabe que sozinho eu sou fraco, mas se eu estivesse com um monte de gente perto de mim, eu seria



mais forte. Eu aprendi isso no movimento sindical, e o primeiro material escrito que eu fiz para a categoria, para tentar motivar os trabalhadores a participarem da luta, foi com o exemplo de um feixe de vara, em que eu mostrava que o trabalhador sozinho era uma varinha que qualquer um poderia quebrar; depois eu colocava um feixe de vara para mostrar o quanto era difícil, por mais forte que fosse o adversário, quebrar um feixe de varas juntas.

O que vocês estão fazendo aqui, meus companheiros, é colocar cada vez mais gravetos de lenha nesse feixe, para torná-lo cada vez mais inquebrantável, porque um pequeno produtor sozinho tem pouca chance de sobreviver em uma economia de concentração de riqueza como a nossa, em uma economia de um mundo globalizado.

A cooperativa, portanto, é uma das saídas que a sociedade brasileira tem para ajudar os mais pobres, os pequenos investidores, os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos, os microempresários, os pequenos comerciantes.

Quis Deus que eu pusesse no Ministério da Agricultura possivelmente uma das maiores autoridades do mundo em cooperativismo, que é o companheiro Roberto Rodrigues. Companheiro que não foi apenas presidente mundial das cooperativas, como dentro do governo me ajudou a convencer outros companheiros, sobretudo o pessoal do Tesouro, de que era preciso flexibilizar a legislação, para que pudéssemos criar cooperativas. Alguns jornais não gostam que eu utilize a palavra “nunca”, mas eu vou repetir: nunca, neste país, as cooperativas foram tão facilitadas, e nunca foi tão fácil criar uma cooperativa como está sendo, agora, em apenas sete meses de governo.

Quem quiser se organizar em cooperativas, trate de se organizar, porque não existe mais mecanismos burocráticos, impedindo a criação de cooperativas no nosso país, seja de trabalhadores dentro da fábrica; seja de trabalhadores na agricultura; seja cooperativa de crédito, que é uma outra coisa importante para que a própria comunidade possa, se organizando, fazer com



que haja circulação de dinheiro em uma região do país, ou em uma comunidade.

Por que nós fizemos isso? É porque nós queremos socializar o dinheiro no Brasil. É preciso que mais gente tenha acesso ao dinheiro, porque assim mais gente pode consumir; e mais gente consumindo significa que mais gente vai trabalhar; e mais gente trabalhando vai ter mais dinheiro. É esse círculo virtuoso que nós queremos criar na economia brasileira.

O exemplo que aqui, quase no coração da Amazônia – eu nunca falo “no coração” porque daqui a pouco o governador Eduardo Braga vai dizer: não, o coração é lá em Manaus; e o Jorge Viana vai dizer: não, é lá em Rio Branco, no Acre. Como o coração é grande e o da Amazônia é maior, toda a Amazônia faz parte do mesmo coração, então cada um tem uma fatia desse coração – aqui, neste coração da Amazônia, com esse calor que para vocês não parece nada, mas que para nós, que viemos de Brasília, é pesado, a gente vê que um conjunto de trabalhadores da agricultura familiar, que um conjunto de trabalhadores de uma indústria resolveram dar a demonstração de que um pólo fabril, que estava falido, foi recuperado pelo conjunto dos trabalhadores e hoje está garantindo cidadania, decência e dignidade a milhares de pessoas e ainda poderá crescer muito mais.

Por isso o meu orgulho, o meu prazer e a minha satisfação de estar aqui com vocês, dizendo que não faltará, da parte do governo federal, da parte do Ministério da Agricultura, da parte do Ministério da Integração, da parte do Basa, da parte da SUDAM – que nós vamos recriar hoje, aqui no estado do Pará – que não faltará da parte do Banco do Brasil, ajuda para que as cooperativas cresçam, se fortaleçam e sejam uma das formas de geração e distribuição de riqueza no nosso país.

Nós ainda temos muita coisa para fazer no Brasil. Muita. Eu não sei se vocês perceberam, eu ando com o ar mais tranqüilo do que eu andava quando vinha aqui, quando eu não era Presidente. Estou muito mais tranqüilo, porque



estou muito mais consciente das minhas responsabilidades e com muito mais certeza que vamos fazer tudo aquilo que nós prometemos durante a campanha eleitoral, para o povo brasileiro. Estou convencido disso. Agora, de vez em quando, eu peço paciência, porque tem gente apressada.

Eu não sei se vocês já perceberam, quando vocês vão numa churrascaria comer um rodízio, tem aquele apressado que tudo que é maionese que vem ele come, tudo que é lingüiça que vem ele come. Aí, quando chega a hora da coisa nobre, ele já está com o “bucha cheio”, ele não quer mais a picanha, a costela, a chamada carne nobre. Ele já não consegue comer. Pagou por ela e não comeu, porque foi apressado.

Então, temos que ter um certo controle na nossa ânsia, na nossa angústia de querer fazer as coisas com a rapidez que todo mundo necessita. Nós vamos fazer. E começamos pelas reformas. A reforma da Previdência foi um bem para este país. Quem é que não gostou da reforma da Previdência? Quem ganhava 40 ou 50 mil reais e que agora vai estar limitado por um salário de 17 mil deve estar com ódio do governo. Mas nós, que nunca falamos em acabar com marajá, acabamos com o marajá com a reforma da Previdência Social. Quem é que não gostou? Pessoas extraordinárias que o Brasil precisa, grandes intelectuais, grandes advogados, grandes procuradores, grandes médicos, pessoas que a Nação precisa, se aposentavam com 53 anos de idade, ou com 48 anos de idade, se fosse mulher, enquanto um trabalhador que trabalha plantando maracujá teria que esperar 60 anos para se aposentar.

Então, obviamente que tem gente que não gostou. Mas eu também não nasci para agradar a todo mundo, nem Cristo conseguiu. Eu quero apenas ser justo com meu povo e com a minha consciência. Eu quero, toda noite, deitar a cabeça no travesseiro e dizer: eu estou fazendo o que a maioria do povo brasileiro deseja que seja feito neste país e vou fazer, custe o que custar, porque esse povo não pode continuar passando a miséria que está passando, porque este país é muito grande e muito rico. E este país tem que



compreender que a grande segurança que nós vamos dar para todos é conseguirmos fazer com que a riqueza seja distribuída de forma mais equânime e mais justa. E essa é uma busca incessante, não só minha, mas de todo o Governo.

Por isso é que este país nunca teve a quantidade de crédito que tem hoje para o pequeno produtor: foram 5 bilhões e 400 milhões para a agricultura familiar. E em apenas 12 dias depois de anunciado, o dinheiro já estava no Banco do Brasil ou nas cooperativas, para as pessoas retirarem. Com o compromisso, meu caro Valdir Ganzer, de que no dia 31 de dezembro a gente não quer um centavo desse dinheiro no Banco do Brasil; esse dinheiro tem que ser emprestado, para que os agricultores possam plantar, e todos nós sabemos que a economia do país precisa voltar a crescer.

Ninguém mais do que eu, que já fiquei um ano e dois meses desempregado, sabe que a economia tem que voltar a crescer, mas ninguém faz a economia voltar a crescer com um passe de mágica. Nós agora estamos em uma fase importante, estamos elaborando o Plano Plurianual, que vai ser entregue no final de agosto no Congresso Nacional e, pela primeira vez, a gente está fazendo um plano discutido com a sociedade brasileira.

Os 27 estados da Federação participaram do debate; então, pela primeira vez, o Plano Plurianual não será um projeto de consultoria contratada pelo Ministério do Planejamento, nem será a vontade do Presidente da República. Será a vontade dos 27 governadores, de milhares de prefeitos e de 2.170 entidades da sociedade civil, que participaram da execução do Plano Plurianual.

O que é importante para cada região deste país? O que é importante, que modelo de desenvolvimento será importante para a Amazônia neste momento histórico que estamos vivendo?

Vamos dar entrada no Congresso Nacional, vamos definir as prioridades e vamos começar a procurar parceiros para fazer as obras, porque também



não adianta nada ter um belo projeto, constatar que o caixa está vazio e ficar, ano após ano, com aquele belo projeto engavetado, sem dinheiro e por fazer.

Nós vamos discutir com carinho aquilo que o governo pode fazer sozinho; aquilo que o governo pode fazer em parceria com os governadores de Estado; aquilo que o governo pode fazer em parceria com a iniciativa privada nacional; aquilo que podemos fazer concessão para a empresa privada nacional fazer sozinha; aquilo que podemos fazer para convencer empresas internacionais a investirem aqui dentro. Aí, nós achamos que esses bons projetos irão trazer o dinheiro que falta para fazermos as obras necessárias no Brasil.

Eu saio daqui, olhando no rosto de mulheres e homens que possivelmente, alguns anos atrás, não tinham quase nenhuma expectativa de vida e hoje estão aqui, com as suas famílias, vivendo num padrão de vida um pouco mais digno; longe de ser o ideal, longe, não é, meu caro Marcos Barros – meu querido presidente do Ibama –, porque atingir o ideal, às vezes, demora muito. O que é importante é que a gente não desista nunca de conquistar isso que nós consideramos ideal.

Por isso, meus companheiros, eu quero dizer para vocês, do Pólo de Fruticultura da Amazônia, os companheiros da nova Amafrutas, e ao governador Simão Jatene, que eu penso que vocês estão fazendo história.

Possivelmente, a maioria dos pequenos agricultores ainda não tenha dimensão do significado de se juntar, confiar em outro companheiro, confiar em um companheiro que não está lá com ele, mas que está aqui na fábrica trabalhando, confiar em uma pessoa que vem do estrangeiro para ajudar, confiar no Jorge Lorenzetti, que é de Santa Catarina e que faz relação internacional. Ou seja, confiar em pessoas que muitas vezes a gente nem conhece.

Mas, muitas vezes, nós não temos que conhecer as pessoas, muitas vezes temos que sentir as pessoas, nós temos que acreditar nos sentimentos



das pessoas e o que vocês estão fazendo aqui hoje é, no silêncio de vocês, dizendo a mim, dizendo ao Jatene, dizendo aos ministros, apenas uma frase: Presidente da República cumpra com a sua parte, que nós, trabalhadores, cumpriremos com a nossa.

Muito obrigado, meus companheiros, sucesso e que Deus abençoe vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com a delegação brasileira nos XIV Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo – República Dominicana

Palácio do Planalto, 22 de agosto de 2003

Eu quero começar cumprimentando os nossos queridos atletas e as nossas queridas atletas pelo desempenho extraordinário que vocês tiveram em Santo Domingo. Mas eu acho que vocês podem muito mais, eu tenho certeza. Uma vez acreditei que podia mais. Eu perdi uma eleição em 82, perdi uma eleição em 89, perdi uma eleição em 94, perdi uma eleição em 98, perdi quantas medalhas? Acreditei, e um dia eu ganhei a medalha.

Estou dizendo isso para que vocês tenham a certeza que o que vale no esporte não é apenas a conquista da medalha. Obviamente que ela é importante, é o sonho, é o desejo. Mas eu acho que o que vale é o que vocês fazem durante o ano inteiro e durante uma boa parte da vida de vocês. Nem os que perderam podem desanimar porque perderam, nem os que ganharam podem achar que são donos da bola e que podem relaxar agora – “vamos cair na gandaia” – deixando o esporte para lá, porque aí perdem na próxima.

Eu estou convencido disso, meu caro Agnelo Queiroz, meu caro Carlos Nuzmann, companheiros, sobretudo o embaixador Ivan Baez, embaixador da República Dominicana, que tão bem recebeu a delegação brasileira. Muito obrigado.

Meus companheiros, diretores de empresas estatais, de empresas públicas, Luiz Pinguelli Rosa, da Eletrobrás; Airton Langaro, presidente dos Correios e Telégrafos; ministros Miro e Luiz Dulci. Meus companheiros e companheiras.

Eu acho que este ato de hoje deve servir para consolidarmos algumas coisas que precisamos consolidar. Já está mais do que claro, na cabeça de



todo o governo e, eu diria, de muitas outras autoridades brasileiras e, também, de muita gente no Brasil, que o esporte pode significar não apenas a boa prática da saúde e a boa conquista de medalhas de ouro, de prata e de bronze, pode significar uma oportunidade que nós temos de vencer coisas ruins que estão beirando e tomando conta das nossas crianças, neste país.

Eu estou convencido que somente através de uma grande política de educação, somente através de uma grande política cultural e de uma grande política de esportes vamos evitar que jovens e adolescentes caiam na criminalidade ou no narcotráfico.

Todos os estudos demonstram que, muitas vezes, por falta de opção, um jovem ou uma menina que mora em lugares periféricos, nas principais regiões metropolitanas do país, em não tendo nenhuma oportunidade oferecida pelo poder público, pode se desencaminhar. E nós temos um compromisso. Qual é o compromisso que nós temos? Primeiro, é o de tentar criar as condições para que não falte, no Brasil, uma oportunidade para alguém que queira praticar um esporte, qualquer que seja.

Se vocês analisarem bem, as escolas públicas brasileiras – a maioria –, quando foram construídas, não foram pensadas para a prática de esporte. Muitas são verdadeiros castelos de cimento armado em que não se tem uma pista em volta, uma quadra em volta, uma piscina em volta e, se tem a quadra, não tem a rede, se tem a rede, não tem o cesto, não tem a trave, numa demonstração de que houve um certo abandono da prática do esporte no nosso país.

Pobres, então, que moram nas periferias deste país, se vêem o “Xuxa” ou o Gustavo Borges nadando e quiserem nadar, ou vão para uma lagoa, correndo risco de vida, ou vão ficar vendo na televisão, porque não têm dinheiro para pagar um clube para freqüentar e treinar uma vez por mês.

Se o Estado não assumir a sua responsabilidade, as oportunidades continuarão a ser daqueles que podem pagar uma escola para aprender a



nadar, daqueles que podem pagar uma escola para aprender a tocar, daqueles que podem pagar uma escola para aprender a jogar tênis. Então, cabe a nós, enquanto poder público, criarmos as condições para que todos tenham um mínimo de oportunidade.

Eu participei, quinze dias atrás, da inauguração de um centro educacional unificado, em São Paulo, Nuzmann, chamado CEU. Eu acho que você deveria ir visitar. A prefeita Marta Suplicy vai inaugurar 21 até o final do ano. São feitos nos bairros mais pobres da periferia de São Paulo. São centros educacionais unificados com áreas de terrenos enormes. O que fui inaugurar, em Guaianazes, vizinho a uma grande favela, tem dois campos de futebol, quadra de vôlei, de basquete, piscinas, salões de teatro, ou seja, tem uma série de coisas que vão permitir às crianças pobres daquela periferia a oportunidade de virarem atletas importantes.

Então, se garantirmos a educação, garantirmos que as crianças comam 2.500 calorias por dia e garantirmos que tenham oportunidade, certamente poderemos mudar para melhor a cara esportiva do nosso país. Esse tem que ser um compromisso, não de um governo, mas de uma nação, de uma sociedade.

Eu, que sou mais velho que boa parte dos atletas que estão aqui, um pouquinho mais velho que vocês, na nossa infância, por mais pobres que fôssemos, tínhamos o mundo aos nossos pés. As ruas não tinham asfalto, mas qualquer esquina servia para fazer um campo de futebol. As vilas tinham campos de futebol para tudo quanto é lado. As crianças eram pobres, mas tinham condições de praticar alguma coisa, de extravasar, coisa que, hoje, está cada mais fechada.

Não sei se alguém conhece a famosa favela de Heliópolis, em São Paulo, que, hoje, virou um conjunto habitacional muito grande. Ali, no meu tempo de infância, devia ter uns 50 campos de futebol e, todo domingo de manhã, todos os 50 campos estavam ocupados. Hoje, se as crianças quiserem



um metro quadrado para praticar uma coisa qualquer, não existe. Como o pai e a mãe, normalmente, não têm dinheiro para pagar, essa criança não vai praticar nenhum esporte.

Por isso, eu fico feliz, primeiro, de ter um ministro como o Agnelo, um companheiro que não tenta fazer as coisas apenas porque é ministro. Percebe-se que ele gosta de fazer, percebe-se que ele acredita. Logo que ganhamos as eleições, depois da posse, uma vez chamei o Agnelo e fiquei discutindo com ele: vamos pegar Brasília como exemplo; Brasília tem Clube do Congresso; tem seis clubes militares, porque tem dos oficiais e dos não-oficiais; tem clube do Banco Central; tem clube da Caixa Econômica Federal; tem clube do Banco do Brasil; tem clube do Itamaraty; ou seja, tem uma série de clubes, com quadras, com pistas, com piscinas. Como as pessoas só usam no final de semana, esses clubes ficam totalmente paralisados na maioria do ano porque não tem ninguém para freqüentar.

E eu dizia para o companheiro Agnelo: “Por que não fazemos um acordo com todos os donos desses clubes para levarmos as crianças pobres que estão na periferia de Brasília, morando em Santa Maria, Samambaia e outros lugares, que nascem e morrem sem ter a oportunidade de dar um mergulho numa piscina? Por que a gente não faz um acordo com esses clubes, se as crianças estudarem de manhã, de tarde a gente as leva para passar a tarde inteira no clube, com professores de educação física, com pessoas tentando ensiná-las a praticarem alguma coisa?”

Duas vantagens nós vamos ter: primeiro, vamos tirar as crianças da rua e, portanto, as crianças vão sair de uma faixa de risco muito grande hoje, no Brasil. Segundo, nós vamos ter a oportunidade de descobrir as aptidões que essas crianças têm para poder praticar algum esporte.

E, se Deus quiser, logo, logo nós vamos – e vocês vão estar vendo aí, pela televisão – tentar ocupar todas as praças públicas de esporte que houver, para darmos a chance de uma criança pobre poder praticar um mínimo de



esporte, neste país.

Isso vale também para a questão cultural. Por que só a classe média, que tem um mínimo de recursos, é que pode pagar para uma menina aprender a dançar, para um menino aprender a tocar piano? Por que a escola pública não tem essas coisas para oferecer, para todas as crianças? Cabe ao Estado garantir, independentemente das condições sociais, igualdade de oportunidades a todos os seus filhos. Esse é um sonho que carregamos e que, se Deus quiser, vamos concretizá-lo e torná-lo realidade.

Se for preciso, como disse – acho que foi o “Fininho” que disse aí que... você pensa que eu não sei que seu apelido é “Fininho”? –, se for necessário criarmos uma lei que garanta incentivo para a prática de esporte, nós vamos ter que criar.

Agora mesmo, estamos fazendo um acordo entre o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal, para que possamos fazer uma loteria para a cultura, neste país, e que as pessoas que querem ajudar a cultura possam comprar um número e concorrer, receber de presente “um artista ou uma artista de prêmio”, sei lá. Mas o dado concreto... eu não vou nem falar se a Marisa vai comprar, para receber quem ela quer receber, para não brigar com ela... mas o dado concreto é que, para o esporte, isso também é necessário, sobretudo para o esporte amador. É preciso criar uma lei, e nós vamos criá-la, meu caro Agnelo.

Eu acho que as empresas públicas brasileiras e também as privadas têm muitos empresários, de empresas grandes, que poderiam investir. Aliás, na década de 60, de 70, as empresas investiam mais que hoje, até em financiamento de clube de várzea.

Eu, agora, fui à Fazenda Santa Helena, que “adotou” a Marizete, aquela nossa corredora que ganhou a São Silvestre, uma “baixinha”, de Sertãozinho, não é? Ela estava feliz da vida, porque agora ela tem um patrocinador.

É preciso desafiar, não apenas as empresas públicas, mas também as



empresas privadas a adotarem atletas, patrocinarem e criarem as condições para que eles possam praticar esporte. No Brasil, as pessoas pensam que tudo depende do Estado, mas o Estado também tem limites.

Vejam quantos clubes tem, espalhados por esse Brasil afora, que ficam fechados de segunda à sexta-feira à noite. Vamos abri-los para a sociedade carente poder praticar esporte. Vamos pegar o “Fininho” para ensinar a molecada a jogar tênis. Você já ganhou a medalha mesmo, então, agora, você dedica uma hora de folga para ensinar a molecada a jogar. Na verdade, acho que todo mundo que viu você e o Guga jogarem fica querendo jogar também, mas não tem dinheiro nem para comprar uma raquete. Como é que vai comprar uma raquete? Se não tem no poder público, nas escolas, para oferecer para a criança jogar, a criança não tem dinheiro para comprar. Elas nunca vão ter chance de ser como você, nunca.

Então, acho que esse é o nosso papel: é o de tentar criar as oportunidades. Sei que as coisas não são fáceis. É mais fácil falar do que fazer, isso todos vocês sabem. Antes de disputar, a gente ganha todas as medalhas do mundo. Na hora em que entra, a gente percebe que tem alguém que se preparou melhor do que a gente, que teve mais sorte do que a gente. Então, acho que vamos ter que mudar a cara do esporte no Brasil.

Estou convencido. Este é o primeiro ano de governo, mas vamos participar com muita força do Pan-Americano, aqui, em 2007; vamos para as Olimpíadas; vamos ver se, em 2012, elas vêm para o Brasil, porque o Brasil também é filho de Deus e merece uma chance de ter as Olimpíadas aqui. Não é possível que só nos países ricos aconteçam as Olimpíadas.

Então, eu quero, Nuzmann, que a gente meça o que aconteceu no esporte brasileiro neste ano e que possamos, daqui a quatro anos, nos encontrarmos para ver o que aconteceu de resultados. Não é só medalha, não. Precisamos saber o que aconteceu com os espaços, no Brasil, se melhoraram ou não as escolas públicas, se foram criadas condições de se ter locais para as



crianças praticarem esporte. Acho que cada prédio público que fizermos, temos que ter a responsabilidade de construir alguma coisa em que as pessoas possam praticar algum esporte. Não é possível que este nosso país, tão grande e com tanta gente, como vocês, com vontade de fazer as coisas, não tenha a oportunidade de fazer.

Quero terminar dizendo para vocês que vamos tentar fazer o que estiver ao nosso alcance e mais do que o que estiver ao nosso alcance. Não sei se vocês se lembram, no discurso de posse eu disse: nós vamos começar fazendo apenas o necessário. Depois, vamos fazer o possível. E, quando menos se esperar, nós estaremos fazendo o impossível. E acho que esse impossível pode acontecer, se a gente tiver vontade política, disposição, cabeça aberta; e se procurarmos parcerias para fazer aquilo que o Estado não pode fazer, naquilo que ele não tem dinheiro. Acho que temos que procurar parcerias, para que outras pessoas possam ajudar.

Eu quero prestar algumas homenagens em relação a alguns fatos importantes que nem todos vocês que estavam lá viram, porque estavam participando de outra atividade. Vocês se lembram do nosso ciclista Márcio, que foi ultrapassado nos últimos 60 metros da corrida – não sei nem se ele está aí – perdeu a corrida – está aí – e se enrolou na Bandeira brasileira e começou a chorar?

A minha querida, a quem entreguei a medalha agora, que foi para a piscina de cadeira de rodas; esse gesto vale umas dez medalhas; o gesto vale mais do que uma medalha; ou seja, uma pessoa que está machucada – que poderia até inventar uma desculpa: “Ah, vou embora para casa, porque estou machucada mesmo, ninguém vai reparar e não-sei-das-quantas” – que se dispõe, com a perna machucada, a entrar numa piscina e disputar, eu acho que foi uma coisa fantástica, Caroline. Meus parabéns!

O Mário Sabino, não sei se ele está aqui; o Mário foi ouro de judô; ele é soldado e instrutor de defesa, em Bauru. Iniciou, aos 5 anos, aconselhado pelo



médico da família, pois era considerado muito fraco, não é? Muito fraco. Aos 16 anos, pesava 65 quilos e media 1 metro e 80. Hoje, pesa 100 quilos. E, no próximo dia 30 vai para o Japão, disputar o ouro do judô.

E você, meu caro Melligeni, o “vovô” da turma, aí; eu vi uma entrevista sua, esses dias, em que você anunciava que ia parar de jogar tênis e que estava muito gratificado de tomar essa decisão nos Jogos Pan-Americanos.

Eu acho que quem acompanha tênis sabe da importância que você tem para o tênis, no Brasil, embora você nunca tenha ganhado um Roland-Garros, por exemplo; mas a sua participação, há uns três anos atrás, embora não tenha ganhado, eu acho que quem viu algumas coisas que você fez, se sentiu gratificado pelo seu esforço. No esporte, muitas vezes, o que conta é quem está assistindo pela televisão perceber que a pessoa não se entregou, por mais impossível que pareça aquele momento. Eu conheço, porque gosto de jogo de tênis e acompanho, sempre que possível, na televisão; e acho que em nenhum momento o Brasil teve uma pessoa com o espírito de zelo que você demonstra, dentro de uma quadra. Portanto, eu acho que você parou de jogar profissionalmente. Agora, por favor, vamos arrumar uma ocupação para você continuar ensinando outras crianças a terem a mesma garra e a mesma categoria que você.

E ao Gustavo Borges e ao “Xuxa”, que já viraram símbolos das coisas boas que este país conquista, eu quero que vocês continuem servindo de exemplo para milhões e milhões de crianças que, no anonimato, ficam torcendo para que vocês sejam o que vocês são. Mas, muito mais importante é que essas crianças tenham em vocês um exemplo extraordinário a ser seguido.

Eu acho que a sociedade brasileira está precisando de bons exemplos. Eu tenho dito, e vou repetir aqui, para vocês, que um dos grandes problemas do Brasil, hoje, não é apenas o problema econômico. O grande problema, na minha opinião, é a desagregação da estrutura da sociedade. São famílias totalmente destroçadas, ora por conta do desemprego, ora por conta da



miséria, ora pela péssima qualidade de vida. Às vezes temos famílias inteiras com 10, 12 pessoas morando num quarto de 3 por 3 metros; ali dormem, ali fazem suas necessidades, ali cozinham. Ou seja, a coisa vai acontecendo e as pessoas vão se desestruturando emocionalmente, psicologicamente, até que as coisas ruins acontecem.

Eu espero que todos vocês – os que ganharam as medalhas e os que não ganharam, porque, para mim, todos têm um valor incomensurável – continuem, por muito tempo, a ser exemplos de dedicação e de amor por este país e pelo povo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns a vocês pelo esforço.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e
lançamento do Programa de Combate à Violência Contra a Mulher**

Palácio do Planalto, 27 de agosto de 2003

Minha querida senhora Mariza Campos Gomes da Silva, companheira
do nosso querido José Alencar, vice-presidente da República,

Meu caro José Alencar,

Meu caro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,

Minha querida Emília Fernandes, secretária especial de Políticas para as
Mulheres,

Meus companheiros e companheiras ministros que estão aqui,

Senhores parlamentares,

Senhores e senhoras embaixadores e embaixadoras acreditados junto
ao meu governo,

Minhas amigas e meus amigos representantes do Conselho,

Meus amigos e minhas amigas,

Minha “gordinha”,

Minha querida Helena,

Meu querido Dan,

Quero começar dando meus parabéns ao conjunto “Toque de Salto”,
que tão bem tocou o Hino Nacional e acompanhou. E quero agradecer também
o belo espetáculo dado a todos nós pelo grupo de teatro “Loucas de Pedra
Lilás”, de Pernambuco.

Eu poderia começar dizendo assim: “Mulheres do mundo, uni-vos contra
os raqueteiros!”



O dia de hoje marca um momento importante na política de promoção dos direitos das mulheres do nosso governo. Com a posse dos novos membros do Conselho Nacional de Direito das Mulheres fica mais fortalecido esse canal de diálogo entre o governo e a sociedade, um canal de participação que deve ser cada vez mais valorizado. Esse Conselho é resultado do desejo e de muita luta de movimentos, entidades, cidadãs e cidadãos envolvidos na defesa dos direitos da mulher.

E vocês – representantes do governo ou de movimentos de mulheres – que assumem hoje essa função, sabem da responsabilidade que têm para formular e ajudar a implementar políticas de igualdade de gênero no Brasil.

O governo tem o compromisso de fortalecer e ampliar as conquistas já alcançadas pelas mulheres, para que um dia todas obtenham cidadania plena em nosso país. Milhões de mulheres são, hoje, chefes de família e garantem – às vezes sozinhas – o seu sustento e o de seus filhos. Quantos não são os casos em que vivem oprimidas e discriminadas no mundo do trabalho? Como bem lembrou a ministra Emilia Fernandes, é missão dessa Secretaria trabalhar para garantir a igualdade de gênero também nas relações de trabalho.

E o que dizer da situação das mulheres negras? E das indígenas? E da exploração sexual, que atinge inclusive crianças e adolescentes? Temos que superar essas situações de injustiça e desigualdade.

No evento em que comemoramos juntos, aqui mesmo, o Dia Internacional da Mulher, eu disse: As mulheres devem ser protagonistas desse novo momento político do nosso país. Esse é um dos principais desafios do governo, deste Conselho e, eu diria, de toda a sociedade brasileira.

E a violência contra a mulher é um dos aspectos mais graves entre todos os que precisam ser enfrentados. Quero, portanto, deixar claro que o programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher será implantado com todo o nosso empenho. Este Programa – como já foi enfatizado pela ministra Emília – deverá ampliar e apoiar as instâncias que dão



atendimento, proteção e suporte jurídico às mulheres que são vítimas de violência. Elas precisam ter certeza de que encontrarão nesses serviços qualidade e segurança suficientes para que possam se expor – fazendo as denúncias –, rompendo assim com a situação de violência e silêncio que as oprime.

Sempre tenho dito que a questão dos direitos da mulher é também uma questão cultural, que não se esgota apenas na formulação de leis. Tem que ser exercitada todo santo dia. É claro que precisamos de uma legislação rigorosa, mas é preciso valorizar o papel da educação e da difusão de valores que têm a capacidade de mudar hábitos e comportamentos.

É nesse sentido que temos a obrigação de contemplar políticas de igualdade das mulheres em todas as ações de governo, em todos os Ministérios e secretarias especiais. E isso, graças a Deus, já estamos fazendo.

Um exemplo concreto é o programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – o Pronaf-Mulher. Com este Programa, a mulher que trabalha na agricultura familiar passou a ter direito a obter crédito agrícola, conquistando a oportunidade de investir na propriedade da família, independentemente dos planos e dos projetos do seu marido.

Quero ainda aproveitar para falar da Marcha das Margaridas, que ontem ocupou maciçamente a Esplanada dos Ministérios. Participaram da caminhada milhares de trabalhadoras rurais que lutam pelo direito à terra, à saúde, ao trabalho e também pelo combate à violência contra as mulheres e à violência no campo. A Marcha homenageou a líder sindical Margarida Maria Alves, no vigésimo ano do seu assassinato.

Eis as palavras que enviei para as companheiras e companheiros da Paraíba, que durante uma semana relembrou a sua história:

“Margarida Maria Alves permanece na nossa memória como exemplo de mulher consciente e corajosa, que há 20 anos pagou com a própria vida a sua



extrema dedicação à luta dos canavieiros de Alagoa Grande e do Brejo Paraibano. Seu exemplo motivou – e continua motivando – mulheres e homens, em todo o Brasil, a lutarem por seus direitos. Margarida revive em milhões e milhões de novas flores.”

Quero concluir reafirmando a convicção do governo de que a nossa sociedade será tanto mais democrática quanto maior for a participação ativa da mulher brasileira. Portanto, desejo ao Conselho um bom trabalho a serviço dos direitos da mulher e da cidadania no nosso país.

Mas, quero repetir uma coisa que tenho dito a vocês: precisamos nos convencer de que as leis são extremamente importantes e, tantas quantas forem necessárias terão que ser feitas. Mas temos que nos convencer de que, se não apostarmos numa nova geração com mais qualidade do que a nossa, a partir do tipo de educação que dermos a essas crianças, nós continuaremos a ter muita dificuldade.

E a educação da proteção da mulher, da igualdade, da cidadania, que a mulher tanto precisa, acho que tem que ser dada numa sala de aula em que meninos e meninas possam ouvir, porque não adianta apenas uma parte ouvir. É preciso que as duas partes ouçam, para que possamos apostar que os nossos filhos e os nossos netos viverão em uma nação infinitamente mais tranqüila na relação entre a mulher e o homem, do que vivemos hoje.

Essa é uma tarefa, minha querida Emília, que você e o nosso Ministro da Educação vão ter que trabalhar com afinco, para que possamos superar, inclusive, o preconceito que ainda está entranhado na mente de homens e mulheres deste país.

Nós sabemos que não são todos os pais que aceitarão que a sua filha tenha uma aula sobre educação sexual na escola. Nós já temos experiência e sabemos que a educação pode, quem sabe, ser o grande instrumento de superação que precisamos para isso.

E, aí, acho que entra o papel dos meios de comunicação. Acho que o



que está sendo mostrado na novela das oito – já que estão aqui os nossos dois companheiros com os codinomes de Raquel e Marcos – é, na verdade, uma coisa do cotidiano deste país periférico, deste país rico, deste país negro, deste país branco, deste país índio, deste país trabalhador, deste país desempregado. Só que, na vida real, não é uma raquete. Na vida real, a coisa é mais bruta, é mais desumana. Acho que a televisão pode ser um instrumento excepcional para que possamos ajudar a formar a nossa gente.

E, por último, Emília, um recado a você e à companheira Benedita da Silva: hoje, fui participar de um ato ecumênico para nossos heróis que trabalhavam na Base de Alcântara e que morreram. E o que percebemos lá é que a grande maioria das mulheres que ficaram viúvas têm crianças.

Nós assumimos alguns compromissos. Primeiro, o compromisso de mandar um projeto de lei para o Congresso Nacional criando uma indenização de reparo para esses companheiros. Segundo, assumi publicamente o compromisso de que vamos mandar um projeto de lei para que essas crianças tenham bolsas de estudo até terminarem a universidade.

Mas acho que a nossa Secretaria Especial da Mulher pode ter um papel ainda melhor, porque, possivelmente, nem todas as mulheres que perderam seus maridos se prepararam, ao longo desses últimos anos, para enfrentar essa situação, sobretudo no mercado de trabalho. Acho que temos que dar uma atenção especial a essas mulheres para que o sofrimento pela perda do marido seja menor, na medida em que elas percebam que o mundo pela frente não será tão difícil como habitualmente é para todas as pessoas que perdem um ente querido.

Eu quero, inclusive, terminar pedindo que, de pé, fizéssemos um minuto de silêncio para os nossos mortos e para as famílias.

Muito obrigado. E vivam as mulheres brasileiras!